INFORMÁTICA E CULTURA

LUIZ SÉRGIO COELHO DE SAMPAIO

SÉRIE APLICADA

Este trabalho é uma versão revista e ampliada da
palestra que proferimos no Painel *Informática e Cultura*,
realizado ao ensejo do XVII Congresso Nacional de Informática,
promovido pela SUCESU-Nacional,
na cidade do Rio de Janeiro,
em novembro de 1984.

COLEÇÃO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL
EMBRATEL

Meus agradecimentos vão para os que tiveram a boa vontade de ler o manuscrito e nele apontaram um sem número de imprecisões, omissões e erros, que nem todos, por falha do autor, chegaram a ser total ou convenientemente corrigidos. Obrigado a Learte Saint-Clair, Luiz Ernesto Krau, Maria Clara Gebara de Macedo, Maria Cristina Duarte Siqueira, Plínio Tharciso de Mello Senra, Solange Ferreira de Azevedo e, em especial, a Armando Edson Garcia e Nelson Kuperman.

Este trabalho é dedicado a todos que, por estes oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados e quebrados, mesmo en-quadrados, mesmo re-quebrados, lograram, ainda assim, manter íntegra sua fé no futuro deste povo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

É voz corrente que o desenvolvimento da Informática e seus desdobramentos — teleinformática e robótica — pervadirá todos os aspectos da sociedade atual, o que, em breve tempo, levar-nos-á a uma nova sociedade; em suma, a uma nova cultura. Perguntamo-nos todos, em algum ponto entre a simples curiosidade e a mais funda ansiedade: em essência, como será esta nova cultura? Como serão afetados nossos modos de comunicação? Nossas linguagens? Nosso *élan* criativo? Nossa convivência com o sagrado? E tantas outras questões semelhantes.

Daí, para nós, derivam outras graves questões: que prêmios ao vencedor, que castigos e penas aos retardatários e desistentes — podemos já vislumbrar — lhes estarão reservados? Em especial, onde e como estamos nós, brasileiros, preparados para esta aventura tecnológica e cultural?

Estas são as principais perguntas que tentaremos responder no correr deste trabalho, e que - acreditamos - traduzem o interesse dos organizadores do Painel quando nos propuseram à reflexão o tema Informática e Cultura.

É certo que falaremos aqui mais de Cultura que de Informática. Dizíamos então que isto era mais que razoável, pois, em dezenas de outras salas do pavilhão, onde realizava-se o Congresso, estar-se-ia fazendo exatamente o contrário. Não seria justo que, no pequeno espaço reservado à Cultura, fosse menor o seu quinhão!

Nosso roteiro comporta seis capítulos:

No primeiro, em três ou quatro pinceladas, arriscar-nos-emos a apresentar um panorama histórico da cultura, de seus primórdios a esta data. É óbvio que, se queremos formar uma visão prospectiva, não nos pode faltar uma adequada perspectiva histórica.

Logo a seguir, mostraremos que a Informática e seus desdobramentos nada mais são que um novo passo de um velho processo; melhor dizendo, do subprocesso de expansão semi-autônoma de nosso pensamento diferencial ou analítico, ou - o que é sinônimo - da Lógica da diferença. A história do pensamento lógico-diferencial, em duas ou três rápidas pinceladas, constituir-se-á, assim, na matéria do segundo capítulo de nossa exposição.

No terceiro capítulo, os aspectos estruturais das culturas históricas serão projetados, à uma, sobre um plano, para que deles

possamos formar uma visão de conjunto, e também comparativa, mais nítida. Será neste plano de conjunto que poder-se-á melhor pre-
cisar os pontos de incidência mais direta dos efeitos da informa-
tização.

Nesta altura estaremos preparados para nos aventurarmos a expli-
citar os traços fundamentais da cultura emergente com o proces-
so geral de informatização. Esta explicitação virá naturalmente de um *zoom* que estaremos procedendo sobre o anterior e o atual processos de transição cultural: eis o tema que abordaremos no quarto capítulo.

Dedicaremos o quinto capítulo à reflexão sobre os perigos, cas-
tigos e penas a que estarão sujeitos os que se atrasarem ou dei-
xarem-se marginalizar no vigente processo de formação da nova cultura. Veremos, serão graves e enormes!

Por derradeiro, no sexto capítulo, ensaiaremos uma avaliação da situação brasileira atual, bem como das nossas disposições e ten-
dências para enfrentar o que se apresenta como o grande desafio deste retirar-se do século; mais significativo ainda, deste fim de milênio.

1. HISTÓRIA DA CULTURA EM TRÊS OU QUATRO PINCELADAS

Seria bastante difícil, e para nossa maneira de ver as coisas, não muito correto, deixar de explicitar os pressupostos metodológicos de um trabalho como este. Por isso, perdoe-nos o leitor, dedicamos o item de abertura deste capítulo a uma pequena digressão metodológica em torno da Lógica, como fio diretor de uma história da cultura. A partir desta perspectiva, apresentaremos o que supomos terem sido os cinco grandes estágios já consumados da história da cultura.

Um terceiro item focalizará nossa época de transição e as perspectivas que se abrem para o futuro da cultura: o assunto, aí, é tratado de modo confessadamente superficial, pois a ele volveremos com detalhes no capítulo 4.

Fecharemos o capítulo tentando atenuar os radicalismos críticos que hoje cercam o tema *Filosofia da História*, ao mesmo tempo que buscaremos evidenciar o paralelismo de nossas conclusões com aquelas de Toynbee, quando aborda o mesmo tema.

1.1 - A Lógica como Fio Diretor

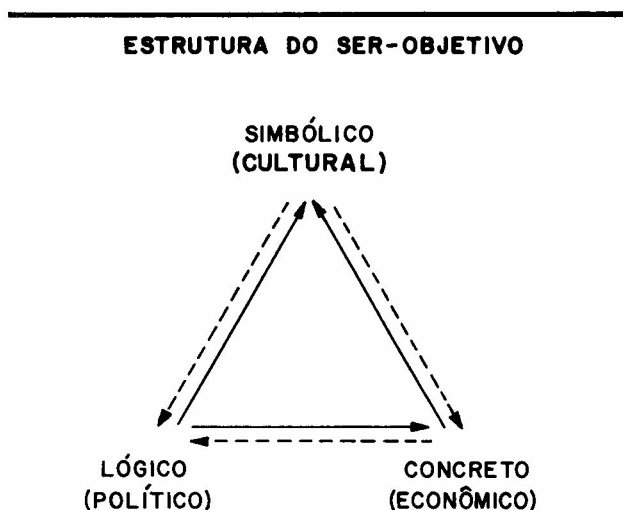
Em princípio, uma história da cultura deve tomar como referente a própria cultura, em seus diferentes modos sucessivos - isto não quer dizer linear - de manifestação. Pode-se, entrementes, deslocar a atenção para algo subjacente ou particular no desenrolar histórico das culturas. Apressadamente, poder-se-ia acusar tal prática de redutora. Não é bem assim. Tal redução, em certas circunstâncias, tem suas justificativas: quando ganhamos em clareza, em operacionalidadé, em força explicativa, e, acima de tudo, quando não esquecermos que estaremos perpetrando, de algum modo, em algum grau, uma violência contra a realidade, onde não há lugar para causalidades uni-direcionais.

O materialismo histórico é uma destas práticas: a cultura em seus aspectos simbólicos (conceitual, ideológico, etc.) é reduzida à simples superestrutura da estrutura econômica (relações de produção), que, nesta visão, passa a deter o exclusivo poder explicativo da História. A História passa a quase sinônimo de história dos modos materiais de produção e correlata apropriação. Não seguiremos este caminho, por demais trilhado. Necessitamos de algo mais fundamental que nos leve a simplificações mais drásticas.

Preliminarmente diremos que lógico é o modo apriorístico de nos dirigirmos à realidade, até mesmo fenomenicamente; o pensamento nunca parte desarmado. Que a realidade em sua intimidade seja una ou múltipla, ou ainda síntese de ambas as coisas, que a temporalidade preceda ou não a espacialidade — e afirmações similares — se bem atentarmos, são de natureza essencialmente lógica.

Nosso propósito, aqui, é tomar as próprias estruturas lógicas, como dissemos, formas apriorísticas do pensamento, como estruturas objetivas fundamentais, dotadas de precedência tanto ontológica quanto explicativa não só das estruturas concretas, mas também, articuladas a estas últimas, como determinantes (não exclusivas) das estruturas simbólicas. Vide Fig. 1.1.

FIGURA 1.1

Sendo esta a estrutura fundamental do mundo objetivo (lógica, concreta e simbólica), é de esperar que, todas às vezes que nos dirijamos à realidade com olhar objetivante, uma estrutura ternária similar se nos revele. Isto vale, inclusive, para o que excede o objetivo — o mundo subjetivo — em particular para o ser-social (grupos ou sociedades globais). Assim, toda sociedade objetivamente abordada deixa ver uma estrutura ternária composta de um plano

político, um plano econômico e um plano cultural. A aludida correspondência em dois casos é óbvia: simbólico/cultural e econômico/concreto; a terceira, político/lógico não é comumente percebida mas, pensamos, tornar-se-á facilmente aceitável se atentarmos para o fato de que o político é essencialmente uma forma: o político trata dos modos de ser um da sociedade, vale dizer, do poder e do conflito.

Teremos oportunidade de, mais adiante, mostrar que não estaremos nos apartando em demasia de concepções sobre a História já consagradas, na medida em que conseguirmos explicitar um pouco mais o fato de que a Lógica e o aspecto político, bem como o aspecto religioso/profano da cultura, são parentes próximos e muito.

Portanto, é pelo prisma das lógicas subjacentes que tentaremos esboçar, em três ou quatro pinceladas, a história da cultura.

1.2 - Cinco Etapas Consumadas

Kierkegaard |13| dizia que o homem é constitutivamente uma mescla (portanto, não uma síntese resolvida) do finito e do infinito; quer isso dizer que ele é algo limitado que sente que o é, que se sente assim não pleno e, ao mesmo tempo, inexoravelmente empurrado para a busca da plenitude, ansioso de re-integrar-se à totalidade. Veremos adiante que este imperativo transmite-se à cultura, e a ele submeteram-se todas, sem excessão; elas divergiram apenas quanto aos atributos que enxergavam nesta totalidade.

Às primeiras culturas podemos nominá-las pré-lógicas ou ecológicas, querendo assim dizer que a totalidade, aí, foi concebida como Natureza, ou meio natural que, de modo imediato e brutal, determinava as condições de sobrevivências das primeiras sociedades humanas. De modo quase imediato, os deuses, como realidades supremas, foram identificados com os próprios entes e forças da natureza ou com aqueles que imediatamente as governavam. Eram múltiplos os entes e forças, bem como múltiplos os deuses.

O monoteísmo judaico vem romper com esta primeira tradição. Podemos tomar como momento exemplar desta de-cisão, aquele em que Moisés pede a Deus que se identifique, e a resposta vem clara e precisa: *Eu sou o que sou*. Não se trata mais de um deus-natureza — um deus-concreto — mas sim de um deus-lógico; um Deus que se auto-afirmava o Mesmo, e isto bastava; por tal, teria que ser único: só o Mesmo pode dizer-se *Eu sou o que sou*. Deus precede a Natureza; Ele é, ademais, sua origem e fundamento último.

O Mesmo que assim se diz, é, necessariamente, ser-consciente. Desse modo, evidencia-se a essência eminentemente pessoal do Deus judaico; e mais, a consciência tem como correlato objetivo o tempo; logo, à Consciência Suprema deveria caber a própria instauração da temporalidade. Num certo sentido, a partir de então, a sociedade historiciza-se — vide Karl Jasper |7|. Um povo passava a ter uma origem intencional; por conseqüência, um destino: rompe-se definitivamente o tempo circular — o eterno retorno — passando a humanidade, desde então, a viver um verdadeiro tempo histórico (vide Fig. 1.2).

Observemos que a realidade social aqui é tão somente povo, e muito pouco cabe aos indivíduos. Na religião exclusiva do Pai (Deus-Pai) ao indivíduo (o filho, outro que o Pai) pouco ou nenhuma dignidade lhe é atribuída. O indivíduo só vale na medida em que se constitui em parte do povo, e em nome deste último (identificado, ou pactuado com o Pai) tudo lhe pode ser exigido. Ver, a propósito, o episódio bíblico da exigência do sacrifício do filho de Abraão.

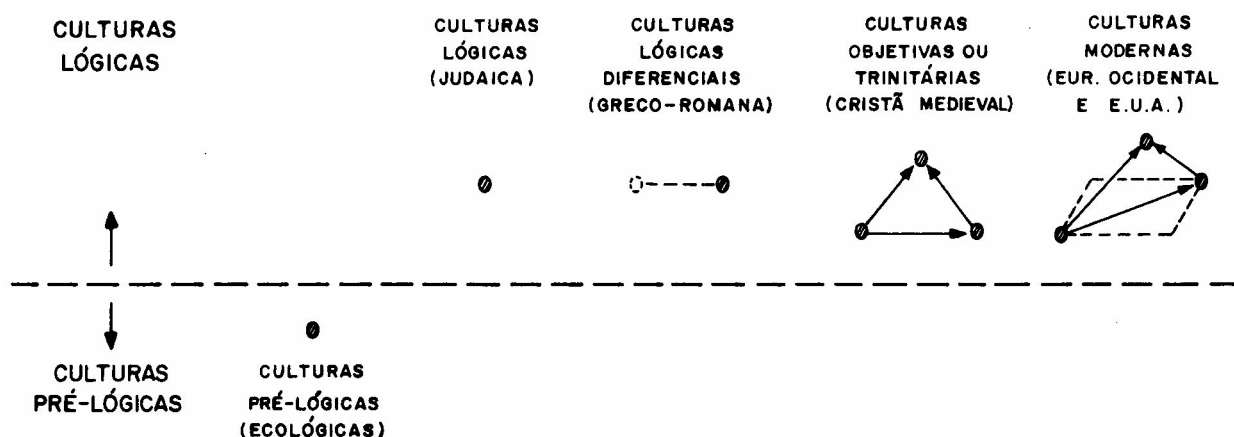



FIGURA 1.2

Já dissemos que nos encontramos, a esta altura, num drástico esquematismo; por isso, de tantas precisões e observações a que estaríamos por certo obrigados, destacaremos apenas duas.

A primeira é que a contribuição judaica à história da cultura vai muito além do acima exposto: neste trabalho, a ênfase, deliberadamente, limitou-se ao registro lógico. Veja-se, a propósi

to, nosso trabalho *A Permanente Revolução do Analógico ao Digital...* |14| onde focalizamos, em especial, a contribuição judaica no registro simbólico da história da cultura.

A segunda observação refere-se ao exclusivismo da contribuição judaica: Freud, em *Moisés e o Monoteísmo* | 6 |, levanta a hipótese de importantes precedentes egípcios ao monoteísmo judaico. O esclarecimento da questão é de óbvio interesse histórico geral; porém, aqui, não cabia discuti-la, já que em muito pouco retificaria nosso esquema explicativo geral. Isto posto, continuemos.

Um novo passo se dá com o advento da cultura greco-romana. Tratamo-la aqui — Grécia e Roma — como um único complexo, segundo o que, faz o historiador inglês Toynbee.|16|

O que nessa cultura se afirma é a diferença e, concomitantemente, o espaço. Assim como o tempo é o correlato objeto da consciência — consciência redundantemente de si, correlativa pois à *mesmidade* e logo, à unitariedade — dizíamos, o espaço é o correlato objetivo do pensar da diferença, pensar quem instaura distâncias e pontos de vista. A Lógica da unidade ou transcendental pensa objetivamente tempo, fazendo deste sua realidade suprema; do mesmo modo, a Lógica da diferença pensa objetivamente espaço, fazendo deste sua realidade irredutível. O saber perfeito é geometria; a ação imperativa: expansão geográfica.

Roma imperial é o espaço romano onde alcançam suas estradas, onde vige sua lei (a Lógica da lei é também Lógica da diferença

— do proibido e do permitido — omitindo-se o legislador) e onde, enfim, deve-se respirar a *paz romana*, vale dizer, a submissão ao seu poder. Vê-se que a unidade é segunda, não radica na cultura — os romanos adotam a cultura grega e bem toleram as culturas locais, fato que se projeta nitidamente no plano religioso; a unidade é externa, nasce realmente da organização do poder sobre a diversidade de culturas. Sobressaem, conseqüentemente, os aspectos materiais do mundo objetivo e os valores econômicos do mundo social, os quais, já dissemos, são regidos pela Lógica da diferença.

É totalmente dispensável qualquer prova empírica para sabê-lo: a Lógica da diferença imperante, por si, conforma a multiplicidade dos deuses, fundamentalmente deuses-do-espaço; deus daqui, deus dali, deus da casa e deus da cidade, deuses apenas de toda parte. A desorganização do espaço romano, é legítimo especular, seria simultâneamente a dissolução da cultura romana, fenômeno a que não estava sujeita, por exemplo, a cultura judaica que, como se disse, alicerçava-se não sobre uma Lógica da diferença, mas sim sobre a Lógica da identidade.

A quem se desvelara, já, a Lógica da identidade, ou seja, a cultura unitária judaica, agora sob a pressão da lógica do poder organizado/organizador (macedônio e depois romano) que opções poder-se-iam apresentar?

Muito esquematicamente, diríamos: guardar a Lei, farizaicamente, o que significava, no fundo, internalizá-la, ou submeter-se à

lei do outro, como se propunham os saduceus. Em ambos os casos, tratava-se de imolar a unidade originária à diferença imperante. Retomar a unidade só seria possível imaginariamente; do ponto de vista concreto, esta via evidenciava-se cada vez mais impossível dados os repetidos fracassos políticos — transas e revoltas — contra o poder romano.

O que não se consegue pela ação política direta sobre o outro (por exemplo, o movimento zelote), com freqüência, ensina-nos a História, consegue-se investindo sobre o outro do outro — que ainda é o outro — fazendo-o, assim, explodir de dentro para fora. O cristinianismo — de certo modo, síntese do judaísmo e da cultura grego-romana — em maior escala que as invasões bárbaras, liquidaria, assim, por dentro, com o maior império de todos os tempos.

Em seu fundamento lógico, o cristianismo representou a síntese da Lógica unitária judaica com a Lógica da diferença grego-romana: síntese da temporalidade com a espacialidade, que, embora não possamos aqui explicar em detalhe, representa a essência lógica do simbólico. A realidade deixava de ser apenas tempo, origem e destino; deixava também de ser espaço e organização para ser, radicalmente, sentido.

A unidade (em sua versão mais singela, unitarismo) perdida recupera-se agora como unidade trinitária imanente — unidade da unidade e da diferença; em outras palavras, Lógica dialética, no sentido ainda platônico do termo. O Deus cristão só podia ser um Deus trinitário: Pai, Filho e Espírito Santo.

Onde domina a cristandade, o espaço perde em significação, e mes-
mo o eixo alto/baixo é menos uma dimensão espacial que uma metá-
fora da "barra" do signo, separando significante (mundo humano)
e significado (mundo divino). Conseqüentemente, os aspectos ma-
teriais da vida perdem sua relevância e os valores econômicos su-
bordinam-se, desde aí, aos valores espirituais (simbólicos): caí-
mos, pois, em pleno feudalismo.

Efeito perverso: a Igreja, enquanto organização, gradualmente vai
expandindo seu poder temporal (assim titulando-se, não poderia o
espacial estar tão bem camuflado!), até sobrepujar seu compromis-
so original com o sentido (sentido da existência). E a Lógica?
Sim, a Lógica que se impunha, quebrando a unidade trinitária, só
poderia ser uma Lógica da diferença. Desde 500 d.C., os ociden-
tais tomaram conhecimento da obra aristotélica; porém, é com a
chegada dos árabes, vindos da África, que lhes é dado a conhe-
cer, em tradução latina, a totalidade das obras do estagirita. A
lógica aristotélica/estóico/megárica — Lógica da diferença da di-
ferença — onde vige o princípio do terço-excluso — expressão for-
mal de um domínio — abre seu caminho para a teologia, de forma
exclusiva, no século XIII, com Sto. Tomás de Aquino. A Igreja
encontra-se com sua lógica — dizemos a Igreja e não o cristianis-
mo — e aquela passa a ser oficialmente tomista. A partir daí, a
derrocada do feudalismo está definitivamente selada. Logo, che-
gamos à Renascença. Roma, porém, não mais se reeditaria pela sim-
ples razão de que a cultura da simples diferença, ou da pura es-
pacialidade, não poderia mais esconder sua parcialidade ante o
trinitarismo cristão revelado: estávamos, pois, num estágio de

manifesta transição.

A unidade só é reconquistada pelo protestantismo. A Lógica da diferença, agora reforçada, transformada em Lógica da diferença da diferença – razão formal –, não cabia mais como um momento da Trindade originária. Foi preciso, de modo drástico, separar: de um lado a fé; do outro, a nova razão formal ou sistêmica.

Por certo, o trinitarismo teria que manter-se – pois, em Lógica não há volta – mas re-estruturado. Resgata-se Sto Agostinho, porém reinterpretando-o.

Vale aqui lembrar um episódio importante: exige-se a supressão das imagens (frágeis representações espaciais do divino) e a volta às Escrituras, que só estas seriam capazes de, com propriedade, revelar-nos o verdadeiro sentido de Deus; clara insubmissão ao poder espacial (dito temporal) da Roma papal.

Entrementes, como dissemos, Roma não mais se reeditaria: a Lógica da diferença fora já substituída pela Lógica da diferença da diferença, que vinha sustentar a Matemática, esta, a Física – agora operacionalista – esta, a tecnologia e esta, por fim, a organização e desenvolvimento da função produtiva (econômica). Afirmava-se, no mundo, a Lógica do sistema (vide Carneiro Leão |4|).

Para contrabalançar este enorme reforço da diferença, só se apresentava como solução um igual reforço da Lógica da unidade. O

sentido de liberdade individual, de longa tradição entre os "bárbaros", vem constituir-se, precisamente, na fonte deste reforço da Lógica da unidade. Existem múltiplas maneiras de constatar este fato e aqui lembremo-nos de duas: uma, pela ótica política, é a implantação do liberalismo parlamentar inglês; outra, pela ótica filosófica, é a precisa e sintética fórmula cartesiana — *Penso, logo existo* — que a todos se impõe inaugurando uma época, o Ocidente Moderno.

O pensamento lógico formal, inerente ao discurso científico — sistemas teóricos — é contrabalanceado pela liberdade do cientista em criticar o próprio sistema, e sua síntese governa — na "superfície" — a história da ciência, e, igualmente, a história do Ocidente Moderno. Temos aí não a velha dialética platônica,mas uma nova dialética (podemos dizer, hiper-dialética), unidade da unidade e da diferença da diferença. Entrementes, com isso estava-se pagando um bom preço: reprimia-se a Lógica da diferença (primeira diferença) e alienava-se a dialética (primeira lógica-síntese).

Completava-se, assim, a quinta etapa do desenvolvimento lógico-cultural da humanidade.

Neste ponto, não nos é possível deixar passar a oportunidade de uma importante observação. Não seriam poucos os leitores que talvez aceitassem a identificação da cultura romana com uma cultura baseada na Lógica da diferença — lógica da espacialidade objetiva — mas recusariam fazê-lo em relação à cultura grega. Se

Platão chegou à Lógica dialética — embora dialética apenas do conceito — e Aristóteles fundou a Lógica formal — lógica da diferença da diferença — como caracterizar a cultura grega como fundamentada logicamente na simples diferença?

Seria impossível recusar a consistência de tal pergunta, pensamos também. O que desejamos reafirmar é que, nosso propósito, neste ponto, é tão somente traçar um esboço muito sintético, convictos, obviamente, de que tal esboço teria que ser complementado, retificado, sofisticado, etc., em muitas partes, para dar conta da totalidade dos fatos históricos. Uma destas sofisticações a introduzir — que vem a propósito da questão específica acima — é que, possivelmente, todos os momentos de instauração, de algum modo, são também momentos de uma iluminação e vidência quase totais.

Em verdade, alguns e até mesmo muitos gregos viram bem além da Lógica da diferença; porém, como cultura de povo e nação, o que ficou foi bem menos. Em um sentido, a Grécia é preâmbulo para Alexandre e, mais ainda, para Roma; noutro sentido, é muito mais: para nós, por exemplo, que estamos a uma adequada distância para vê-lo, enfim, para nossa cultura já em trânsito para uma lógica qüinqüitária.

Para fortalecer a confiança nesta nossa tese, lembramos que, também, há muito na história judaica, em particular na tradição mística (Cabala) que antecipa o trinitarismo cristão, e até algo do qüinqüitarismo, que ora vislumbramos. Acreditamos que a

nossa tese possa ser defendida em relação aos primórdios do cristianismo, de sorte que, poderíamos, sem grandes temores, tomá-la por uma tese universal.

1.3 - Transição e Perspectiva

Que estejamos em época de transição, quem duvidaria? Tantas as efervescências, tantos os sintomas a acumularem-se. Mas, do ponto de vista lógico, que acaba e que começa? Em suma, quais as nossas perspectivas culturais para o amanhã?

PERSPECTIVA

CULTURAS QÜINQÜITÁRIAS OU SUBJETIVISTAS (NEO-CRISTÃ)

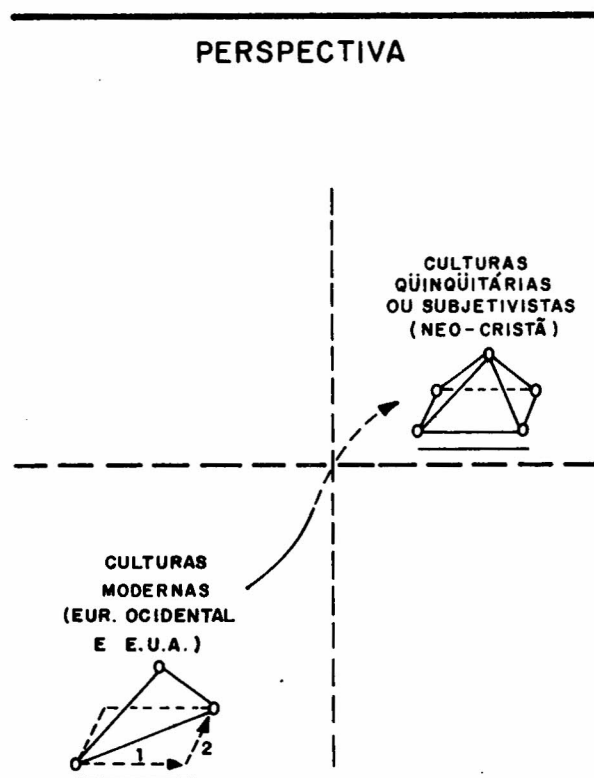
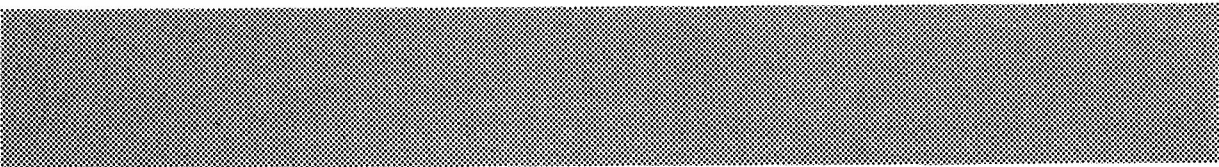
CULTURAS MODERNAS (EUR. OCIDENTAL E E.U.A.)

1

2

FIGURA 1.3

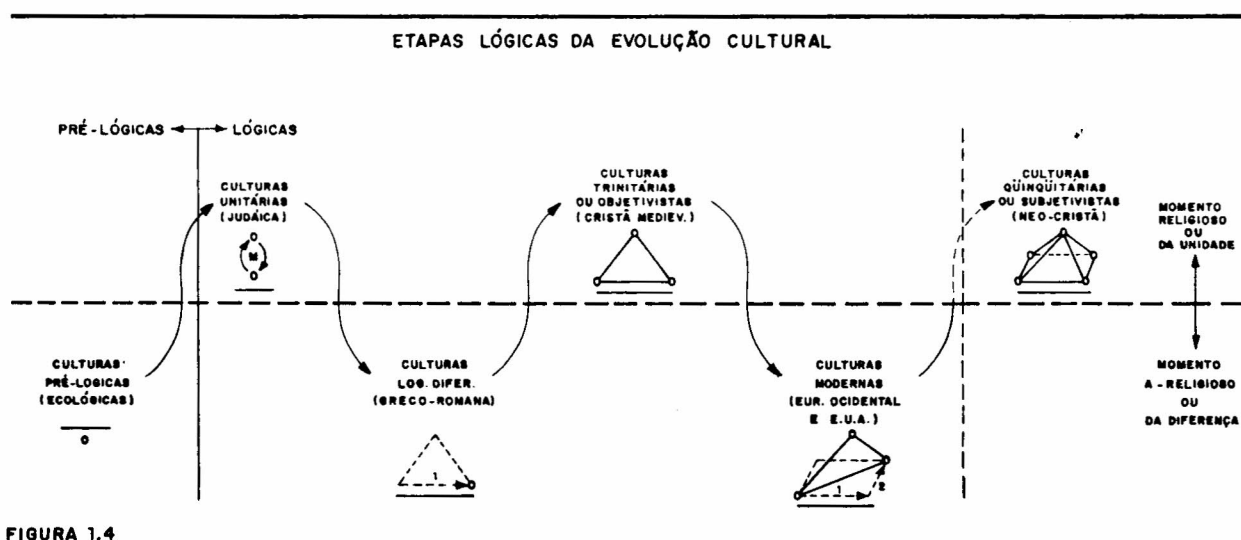
Nada está sendo destruído; em rigor, recupera-se. Desaliena-se a dialética, descobre-se o território da História; desbloqueia-se a Lógica da diferença, vem à luz o Inconsciente como face irredutível do ser. A nova cultura será, por certo, uma cultura da pessoa, comprometida com a unidade, porém, não mais unitária, não mais trinitária, e sim, com a recuperação das duas lógicas então pré e pós-negadas, uma cultura lógico-qüinqüitária (vide Fig. 1.3).

Voltaremos a examinar, no capítulo 4, tanto o processo atual de transição quanto os traços lógico-fundamentais da nova cultura que se avizinha.

1.4 - Revela-se uma Filosofia de História?

Em resumo, o que o panorama da história da cultura nos revela, quando ordenado pelo fio diretor de sua infra-estrutura lógica, é um primeiro momento de ruptura, passagem da cultura ecológica à cultura propriamente lógica e, daí por diante, uma seqüência de modos governados alternativamente pela Lógica da unidade e pela Lógica da diferença. Particularmente, mostra-nos, vivenciando na atualidade, um processo de transição, que estamos já no limiar de uma nova cultura da unidade – não da unidade pura-originária judaica, não ainda da unidade trinitária cristã medieval, mas sim de uma cultura qüinqüitária – unidade das unidades una e trina e da simples e dupla diferenças. A isto voltaremos um pouco mais adiante.

Lembrando-nos agora que religião vem de *re-ligare*, salta aos olhos que os momentos de unificação são momentos religiosos ou espirituais (como usa-se dizer) e que os momentos diferenciais são a-religiosos ou profanos, mais voltados aos aspectos materiais da existência. Não duvidemos: lógica e religião são parentes próximos, e muito.

Com esta última identificação, vem-nos à mente novamente o pensamento de um grande historiador deste século, Arnold Toynbee, que, após extenso trabalho historiográfico, buscou desvendar-nos um sentido para a História; em termos mais técnicos procurou revelar-nos uma filosofia da História, empresa esta de não grande prestígio na atualidade; contudo, ousou.

Para Toynbee |17|, a História é justamente um processo onde alternam-se fases religiosas ou espirituais e fases profanas ou materialistas, com o processo se apresentando progressivo e não circular, na medida em que as fases religiosas se dão em seqüência intensamente mais espiritualizadas ou abstratas e extensamente mais universalizadas. Não vemos aí grande diferença daquilo que antes afirmamos; apenas esforçamo-nos em precisar a natureza da pressuposta espiritualização progressiva da cultura, de que nos fala Toynbee; e vimos que ela, no fundo, é de ordem lógica. (Vide Fig. 1.4).

FIGURA 1.4

2. HISTÓRIA DO PENSAMENTO LÓGICO-DIFERENCIAL EM DUAS OU TRÊS PINCELADAS

Conforme o título, não iremos, aqui, muito além da identificação das grandes etapas de um processo que nos leva ao advento dos computadores, e, por conseqüência, ao início do processo geral de informatização da sociedade.

O processo, acima aludido, constataremos, é o próprio processo de desenvolvimento de uma de nossas lógicas — a Lógica da diferença da diferença ou formal. Poderemos conceber uma primeira etapa, que denominaremos pré-lógica (ou lógico-concreta e pré-operatória, o que representa uma clara alusão a Piaget, que identifica estas mesmas fases na gênese do pensamento infantil). Nesta fase, o homem já opera lógico-diferencialmente, mas não tem consciência de o estar fazendo, o que, de certo modo, correspon

de ao fato de não conseguir isolar a forma (lógica) de seu pensamento dos conteúdos pensados (vide Fig. 2).

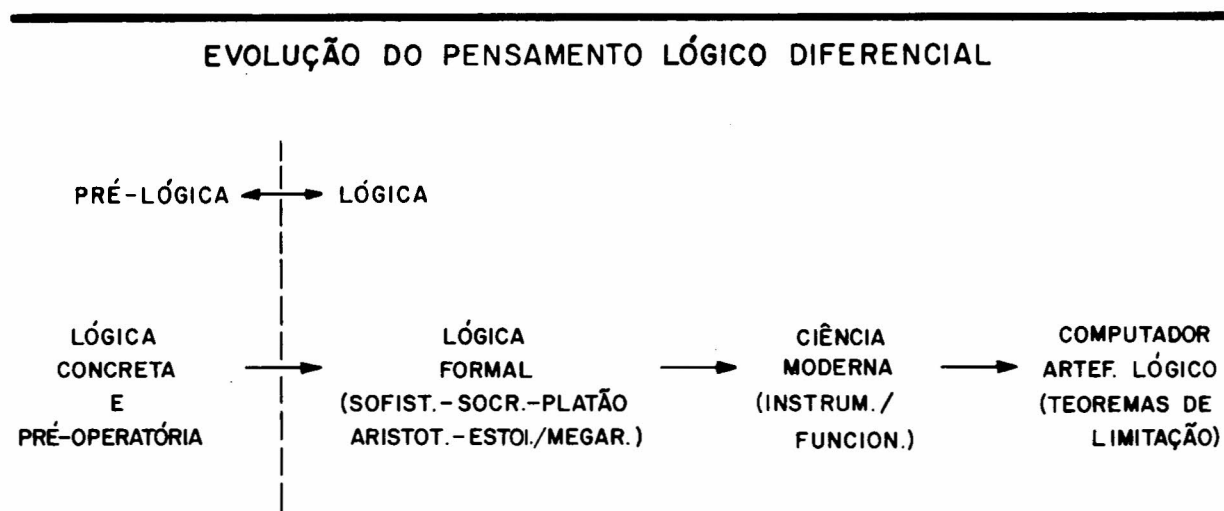



FIGURA 2

A primeira etapa propriamente lógica do processo ocorre no período clássico da cultura grega, o que veremos um pouco mais detidamente no próximo item.

2.1 - Etapa Grega: A Lógica Clássica

Os sofistas põem em questão o próprio raciocínio ao colocá-lo, pragmaticamente, a serviço do interesse. Sócrates e Platão reagem buscando dar bases mais sólidas ao saber – suposto eterno, único, e absoluto. Só com Aristóteles, entretanto, emerge a lógica como *órganon*, como conjunto de regras, *a priori* garantidoras do pensar verdadeiro. Aristóteles é considerado, sem maiores contestações, o fundador da Lógica, especificamente de uma parte da Lógica elementar denominada Lógica dos predicados.

Foi ele que fixou os princípios da Lógica formal, princípios estes que determinam o objeto da Lógica dos predicados, isto é, o referente dos termos (sujeito e predicado). Embora um dos princípios — o da identidade — não seja expressamente mencionado, e os dois outros — o da contradição e do terço-excluso — por vezes se confundam, o fato é que lá estão presentes. O princípio da contradição é, naturalmente, considerado o princípio básico,pois reflete a capacidade de discriminação (analítica) da mente. Em Aristóteles, o princípio, além do *status* epistemológico, recebe um *status* ôntico, o primeiro sendo considerado um natural reflexo do segundo.

O princípio do terço-excluso vem para fechar o universo do discurso: a negação da negação de algo retorna a este algo, determinando assim toda e qualquer potência (reiteração) da negação. O papel do princípio da identidade não é já tão evidente, mas, se refletirmos um pouco, chegaremos à conclusão de que, apesar da denominação, o princípio menos afirma do que nega: seja qual for o termo é-lhe negada a capacidade transcendental de auto-identidade dinâmica da forma *eu sou eu*. Todo termo, sujeito ou predicado, é assim feito igual (estaticamente) a si mesmo, o que vem significar a castração da sua eventual transcendentalidade.

A justificativa da inclusão deste princípio torna-se clara se considerarmos que de nada adiantaria o princípio do terço-excluso — que, precisamente, fixa o universo possível do discurso — se algum referente de termo pudesse, por si, transcender, por sua capacidade reflexiva, os limites desse universo. Com esses princí

pios, Aristóteles caracteriza o que viria a ser o discurso "cien-tífico", ou seja, aquele que é governado pelos princípios da Ló-gica formal. Sob o império deste discurso, tudo será bem deter-minado e tornar-se-á totalmente previsível.

O trabalho de Aristóteles é continuado por Eudemo e Teofrasto, este último seu sucessor na direção do Liceu. Teofrasto enrique-ce a Lógica aristotélica em vários pontos, especialmente no que se refere ao silogismo hipotético que vai preparar o advento da escola lógica megárico-estóica. Esta atinge seu pináculo com o estóico Crisipo, que dá pleno acabamento à Lógica proposicional, a qual vem se constituir em pré-requisito formal à Lógica aristo-télica.

Em síntese, podemos dizer que, entre os gregos, dá-se a auto-ex-plicitação da capacidade formal da mente, começando aí propria-mente a história da Lógica clássica.

Não podemos, evidentemente, destacar a Lógica aristotélica do complexo cultural helenista e avaliar isoladamente sua significa-ção histórica. Isto, entretanto, não é aqui essencial; basta que a consideremos uma peça fundamental daquele complexo, para compre-endermos o quanto seu descobrimento representou na história da cultura.

Com a Lógica, abre-se ao homem o espaço da ciência como hoje a entendemos: discurso dedutivamente controlado, que permite a pré-visão, bem delimita o espaço das construções posssíveis e que,

por sua economicidade, facilita a acumulação e transmissão da experiência empírica. O evento, descobrimento da lógica, assinala, como já dissemos, o momento da auto-explicitação do funcionamento formal da mente, momento de uma verdadeira psico-análise formal do próprio homem.

2.2 - Etapa Ocidental: A Ciência Moderna

O salto subseqüente não ocorre propriamente por um desenvolvimento da Lógica clássica ou formal, mas sim, indiretamente, por sua aplicação à natureza: dá-se o surgimento da ciência físico-matemática moderna. De certo modo, o homem já havia digitalizado/convencionalizado o mundo pela linguagem natural. As coisas poderiam ser caracterizadas pela afirmação ou negação de um conjunto de qualidades ou essências. Entrementes, estas qualidades permaneciam isoladas entre si, impedindo, pois, uma abordagem funcional da realidade. Mantinha-se o homem no âmbito das ciências meramente classificatórias. Fazia-se necessária a passagem do enfoque substancialista a um enfoque relacional. É justamente através da mediação do processo de mensuração que o homem dá esse passo. As qualidades dicotômicas (quente/frio, leve/pesado,etc) são substituídas por uma essência qualitativa geral (temperatura, massa, etc), correlata ao tipo de instrumento (termômetro, balança, etc) e um número que mede a intensidade em que esta qualidade geral está presente. A Física não se propõe mais, primordialmente, saber o que são estas qualidades em si, mas, tão simplesmente, buscar as leis que governam as relações entre as intensidades destas mesmas qualidades.

Essa revolução começa a tomar forma ainda na Idade Média, primeiramente com a tradução completa da obra aristotélica, entre 1150 e 1270; depois, com pensadores como Grosseteste, Roger Bacon, Duns Scotus, Ockam e Autrecourt, de modo geral, criticando a maneira como se vinha aplicando o método indutivo-dedutivo de Aristóteles e insistindo no valor da experimentação.

Os séculos XVI e XVII vêem o aparecimento dos grandes cientistas na acepção moderna do termo: Copérnico, Kepler, Galileu, culminando com a figura exponencial de Newton. Nasce a ciência moderna; nasce, de pronto, e não por mero acaso, a filosofia da ciência, onde se destacam os nomes de Descartes e Francis Bacon. Embora a figura deste último venha sendo minimizada por autores desse século, a nosso juízo, continua a ser o mais importante no que se refere a sua ante-visão do valor da ciência. Bacon, como outros que o antecederam, critica o modo de aplicação do método indutivo-dedutivo de Aristóteles, porém é um dos primeiros a enfatizar o papel da observação instrumental e, conseqüentemente, da importância das intensidades relativas das variáveis físicas. Além disso, Bacon percebe a importância social que a ciência poderia ter: sua prática passa a ser um imperativo moral, o domínio da natureza é visto como um processo de recuperação da Queda Original e, procedendo conseqüentemente, faz ingentes esforços no sentido de reorganizar a atividade científica de seu tempo em termos cooperativos.

Pode-se afirmar, em síntese, que a partir daí o homem leva a natureza a manifestar-se formalmente, obriga-a a falar a lingua

gem lógico-matemática, portanto, de modo imediatamente compatível com a capacidade de processamento lógico-formal da mente. Não é de admirar, pois, que as matemáticas sirvam tão bem à Física!

A Física, inicialmente voltada para a mecânica, amplia suas conquistas chegando no século XIX ao pleno domínio do eletro-magnetismo com Maxwell. No século XX as conquistas são enormes: a relatividade, a mecânica quântica e a tecnologia eletrônica.

Muito embora os progressos da Física e da Matemática tenham sido espetaculares, do ponto de vista da infra-estrutura lógico-formal não se dava o mesmo processo cumulativo.

A partir do século XVII, com Leibniz começa um processo tentativo de matematização da Lógica, com vistas à criação de uma linguagem universal perfeita, sem ambigüidades e totalmente dedutiva: *a mathesis universalis*. Este movimento prossegue até Cantor, que, buscando um fundamento unificador do universo matemático do século XIX, propõe, para tanto, uma teoria dos conjuntos.

A passagem de um ponto de vista quantitativo a um ponto de vista qualitativo em Matemática, implícito na teoria dos conjuntos, evidencia a possibilidade de articulação mais fundamental do que aquela que até então se concebia para a Lógica e a Matemática.

A razão disto não é de difícil compreensão. Embora parecesse, à primeira vista, que a Lógica lidava com o simbólico,proposições, predicados, etc., em rigor, estes entes não passavam de algumas

entre tantas possíveis metáforas de entes formais: recortes ou totalidade, e totalidades (todos) de totalidades (partes). A noção de conjunto vinha a isto se aproximar: conjunto outra coisa não é que totalidade (conjunto) esgotável de totalidades (elementos).

Tão sugestiva foi a aproximação, que, daí por diante, o movimento se inverteu, passando-se do processo de matematização da Lógica ao processo de logicização da Matemática, podendo-se tomar por marco de referência o *Principia Mathematica*, de Whitehead-Russell. De modo muito sumário, podemos dizer que este processo termina com o estabelecimento dos teoremas de limitação, os primeiros dos quais devem-se a Gödel (1933), que estabelecem, de modo definitivo — acredita-se — os limites da formalização da Matemática e assim, indiretamente, revelam-nos a precisa relação entre o mundo lógico e o mundo da Matemática.

2.3 - O Surgimento dos Computadores

Uma vez mais, não será na própria Lógica, como discurso, que surgirá um novo salto, mas, indiretamente, no processo de sua objetivação concreta ou tecnológica. De há muito o homem vinha ensaiando a construção de uma máquina calculadora mecânica, cuja eficiência, entretanto, mantinha-se renitentemente limitada.

As primeiras tentativas surgem ainda no século XVII com o alemão Shickard e o francês Pascal. Ainda nesse século Leibniz a partir de fontes chinesas, introduz no Ocidente a idéia de uma

aritmética binária, que veio constituir-se hoje na base de toda linguagem computacional.

Nos séculos posteriores, Falcon e depois Jacquard utilizam fitas e cartões para introdução de dados e registro de programas chegando-se, por fim, ao inglês Babbage que, em 1833, concebe uma máquina de calcular controlada por programa, já com todos os elementos essenciais da arquitetônica de um moderno computador.

Só a partir do enorme desenvolvimento da eletrônica, foi possível construir uma máquina lógica competindo em velocidade e precisão com a capacidade lógico-formal do próprio homem.

Podemos assinalar como data de partida, o ano de 1946, quando se constrói nos Estados Unidos o ENIAC, o primeiro computador totalmente eletrônico.

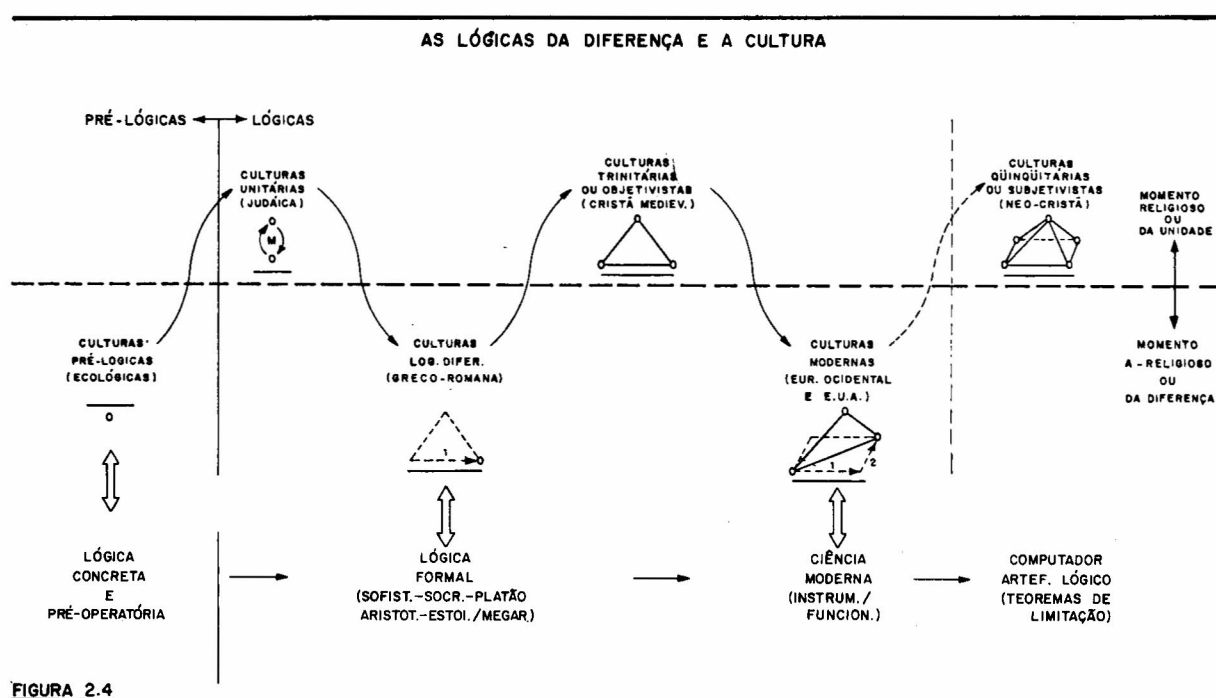
Podemos dizer, pois, que a partir da invenção dos potentes processadores eletrônicos, é que o homem conseguiu expandir, de forma artificial, sua capacidade lógico-formal.

Na perspectiva histórica em que tentamos nos colocar — quando o surgimento do computador e do processo de informatização é reconhecido, ao lado do aparecimento da Lógica e do desabrochar da ciência físico-matemática moderna, como um dos três saltos mais importantes na história da cultura científica (formal) — fica-nos a certeza de que ora vivemos um período verdadeiramente revolucionário, que, em breve, nos confrontará com seus inevitáveis

desdobramentos políticos, econômicos e, o que é mais importânte, também culturais.

2.4 - História da Cultura *versus* História da Lógica Diferencial

Deixemos de lado, por enquanto, o surgimento dos computadores, guardando apenas os grandes passos anteriores da história da Lógica diferencial, vale dizer, a etapa pré-lógica, o surgimento da Lógica formal entre os gregos e, por fim, o advento da ciência moderna. Se agora superpusermos o esquema relativo à evolução da cultura (Fig. 1.4), e aquele relativo à evolução do pensamento lógico-diferencial (Fig. 2), veremos que a concordância é perfeita como mostra a Fig. 2.4.

FIGURA 2.4

Com os grandes momentos na história da Lógica diferencial, coincidem, com exatidão, as etapas ditas profanas ou da diferença, na história da cultura: à fase lógico-concreta e pré-operatória corresponde a etapa pré-lógica ou ecológica da cultura; ao momento de descoberta da Lógica corresponde a cultura greco-romana e, por fim, ao momento da ciência moderna corresponde a cultura moderna ocidental.

E os computadores, e o processo geral de informatização social? Se, como vimos, o computador insere-se no extremo atual do processo de desenvolvimento lógico-diferencial, isto vem dizer-nos que estamos diante de uma nova cultura hiper-diferencial? Responder afirmativamente a esta questão, colocaria em xeque tudo o que argüimos anteriormente sobre a alternância das etapas da cultura: se assim fosse, a uma etapa dominada pela diferença estaria sucedendo outra também com ela comprometida. Uma justificação possível seria dizer que o computador não vem inaugurar nenhuma nova fase, que ele é apenas um reforço da etapa dita moderna ocidental da cultura, que estaria, portanto, em pleno momento de rejuvenescimento. Mas isto contraria o que toda gente sente e afirma. Como escapar a estas aparentes incoerências? É justo o que tentaremos fazer nos dois próximos capítulos.

3. INFORMATIZAÇÃO E CULTURA

Precisamente onde, tomando-se a Cultura em sua globalidade, incidirá, com maior vigor e profundidade, o atual processo tecnológico de informatização? Esta é a questão básica que se propõe o item final do presente Capítulo.

Para respondê-la, com a precisão requerida, será forçoso determo-nos previamente na problemática geral das estruturas fundamentais da cultura. Começaremos por colocar, lado a lado, os esquemas lógicos subjacentes a cada uma das fases culturais por que passou a humanidade, conforme foram apresentadas no Capítulo 1 deste trabalho. Isto posto, naturalmente, surgirão as questões:

a) Será possível aí discernir com nitidez uma linha evolutiva des-

tas estruturas?

b) Se respondida afirmativamente a questão anterior, que natureza a ela devemos atribuir?

c) E quanto ao processo como um todo: estamos ante um processo construtivista aberto ou, pelo contrário, ante um processo meramente des-velatório, por conseqüência, de conclusão de algum modo pré-visível?

d) Por fim, que tem a ver com isso o atual processo de informatização?

Estas serão as principais indagações que tentaremos enfrentar no item de abertura deste capítulo.

3.1 - As Estruturas Culturais

Atendo-nos apenas aos aspectos lógicos infra-estruturais da cultura, e ainda, focalizando tão somente os modos "superiores", vale dizer, aqueles fundamentalmente compromissados com a unidade, vemos que a história da cultura revela-nos uma seqüência bem marcada: uma cultura fenomênica unitária – exemplificada pelo judaísmo –, uma cultura objetivista trinitária-exemplificada pelo cristianismo dos primeiros tempos e, em perspectiva, uma cultura subjetivista (ou personalista) qüinqüitária, arriscar-nos-íamos a dizer, neo-cristã.

Os modos culturais dominados pela Lógica da diferença são modos

de passagem: a civilização greco-romana e hoje, em fase de superação, a civilização Ocidental Moderna ou versão protestante do cristianismo.

Na primeira, a Lógica dominante é a Lógica da simples diferença, que instaura a espacialidade como realidade suprema (atentemos para o fato de que a espacialidade é a essência do concreto ou material, como bem enfatizou Descartes ao contrapor sua res-cogitante à res-extensa). Sob o ponto de vista social, é ela, pois, a Lógica do econômico, ou seja, do conjunto de atividades que garantem a sobrevivência material da sociedade.

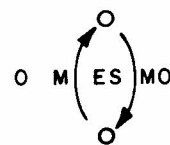
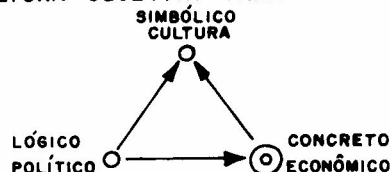
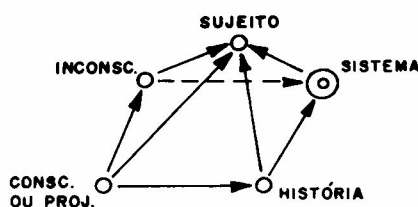
Na segunda, a novidade é o pensar formal, ou Lógica da diferença da diferença, ou ainda Lógica do terço-excluso. É o pensamento que instaura o sistema como realidade referencial.

Voltemos às culturas da unidade. O unitarismo é aquele que instaura explicitamente o lógico como fundamento da cultura, rompendo assim, definitivamente, com a tradição dita ecológica. Do ponto de vista estritamente lógico, diríamos, impõe-se o pensamento lógico-transcendental: o homem dá-se conta de ser consciente. Correlata à consciência, é pensada a temporalidade, de modo que, no plano social, sente-se a certeza de possuir uma origem intencional e, por conseqüência, um destino a cumprir; vive-se a necessidade de se fazer projeto. A totalidade é concebida como Deus único, assim, necessariamente, sempre o Mesmo. Vide Figura 3.

A cultura trinitária tem por fundamento lógico a dialética - pen

samento da unidade da unidade e da diferença, como mais tarde diria Hegel.

FIGURA 3

Com esta Lógica, não se pensa a só temporalidade como correlata da Lógica transcendental, não se pensa a só espacialidade (a res-extensa) como correlata da Lógica da diferença, mas sua síntese — a unidade recuperada: pensa-se o sentido (idéia, conceito, etc.) como já antecipara Platão. A idéia ou o conceito constitui-se no extrato mais acabado da objetividade: tanto da objetividade lógica, cuja essencialidade reside no tempo, quanto da objetividade concreta (material), cuja essencialidade reside no espaço. A realidade é, a partir de então, concebida como realidade objetiva simbólica. Viver é posicionar-se na significação.

No plano social, a realidade desdobra-se, correlativamente, em três estruturas fundamentais: a política, a econômica e a cultural (simbólica) propriamente dita. A cultural constitui-se na estrutura fonte de unidade; a econômica constitui-se na estrutura que, embora dependente da cultura, nega-a guardando uma relativa autonomia que a torna, tendencialmente, geradora da diferen

ça; por último, a política, derivada das duas anteriores onde se deve dar a síntese da unidade e da diferença, dos aspectos cultural e econômico da sociedade. No plano divino, sabemo-lo bem, a totalidade é concebida como Deus trinitário, reencontro de Deus o Mesmo e do Filho-Deus na unidade do Espírito Santo.

A cultura qüinqüitária terá - pensamos - por infra-estrutura lógica as Lógicas da unidade, da diferença, da unidade da unidade e da diferença, da diferença da diferença, e, por fim, a síntese de todas elas. Que pode assim ser pensado? O subjetivo sob suas diferentes faces, respondemos. Focalizando o ser-subjetivo-individual, ou seja, a pessoa, vemos que ela comporta cinco aspectos ontológicos irredutíveis: o ser-consciente (ser-projeto), o ser-inconsciente, o ser-história (pessoal), o ser-sistema (ter um papel no sistema social) e a tudo isto subsumindo, o ser-pessoal propriamente dito.

Se focalizarmos agora o ser-subjetivo-social verificaremos que a mesma estrutura estará sendo mobilizada: ela comporta, em geral, um ser-projeto (uma intencionalidade estratégica), um ser inconsciente,ou melhor dizendo, um inconsciente coletivo, um ser-história, um ser-sistema social e, também, a tudo isso subsumindo, um ser-social-subjetivo propriamente dito. Este, note-se, não pode ser confundido com o ser-social reduzido a suas dimensões objetivas - como foi mencionado anteriormente - constituído das dimensões política, econômica e cultural (simbólica).

Estamos em tempo já de enfrentar as questões colocadas no início

do capítulo: manifesta-se na história da cultura uma nítida linha evolutiva? Responderíamos que sim. Que natureza devemos a ela atribuir? Responderíamos que nada melhor que a Lógica para marcar a direção "evolutiva" da história da cultura. Ainda que consideremos as fases divergentes do processo, mesmo aí será a Lógica que melhor traduzirá sua natureza: as fases divergentes são fases de afirmação das lógicas da diferença; primeiro, da simples diferença depois da diferença da diferença ou, simplesmente, Lógica do terço-excluso. Há ainda uma evidente correlação entre a lógica em jogo e a concepção que se faz da realidade; muito mais ainda, uma correlação disto tudo com o que se concebe ser a Totalidade, o que é equivalente, quem é que designamos Deus.

Se estamos ante um processo construtivista aberto ou ante um processo simplesmente des-velatório, achamos ser uma pergunta de difícil resposta, talvez mesmo uma alternativa enganosa. De qualquer forma, estamo-nos abeirando da Teologia, onde a só razão é insuficiente para nos proporcionar a imprescindível confiança a esta ou àquela opção. Ademais, conquanto dar-lhe uma resposta não seja uma questão de somenos importância para o aclaramento da problemática que ora nos mobiliza, referente à significação da atual revolução tele-informática, acreditamos que podemos, provisoriamente, passar-lhe ao largo.

3.2 - Incidências da Informatização

Chegamos à nossa questão de fundo: onde e como incidirá o processo de informatização no complexo cultural, tomado em seu mais

amplo sentido?

Vimos no Capítulo 2 que o computador, em termos mais técnicos, a Informática e seus desdobramentos - teleinformática e a robótica - situam-se no extremo presente da evolução do pensamento diferencial; vale dizer, do pensar governado pela Lógica da diferença em sua última etapa: Lógica formal ou sistêmica, onde foi suprimido qualquer traço de transcendentalidade e impera o castrador princípio do terço-excluso. Se concordarmos que o computador, sob o aspecto lógico, é a máquina capaz de processamento lógico formal, que vem assim ampliar, de modo drástico, nosso correspondente modo natural de pensar, fica evidente que o desenvolvimento da Informática, em seus efeitos mais imediatos, virá no sentido de enfatizar aqueles aspectos da cultura fundamentalmente tratáveis pela Lógica da diferença da diferença ou Lógica clássica.

No nível objetivo, vimos, é o mundo concreto (material) e, no plano social objetivado, o mundo econômico, que são pensados pela Lógica da diferença. Com o advento da cultura Ocidental Moderna, entretanto, o que era diferença passou à diferença da diferença; fechou-se em sistema. O mundo concreto deixou de ser o que era: tornou-se mundo objeto da Física, esta, em verdade, um discurso comprometido com a Matemática e, por trás, com a Lógica clássica; o que era concreto ou material passou, pois, a mundo físico.

O mesmo se dá com o mundo econômico: de estrutura social compro

metida com a sobrevivência material da sociedade, vale dizer, con junto de atividades-meio passa a conjunto de atividades por si finalizadas, isto é, governadas pela Lógica do terço-excluso. Afastando-se mais e mais de suas finalidades sociais globais acabou por perdê-las por completo; o econômico, já não tendo um fim próximo, logo auto-justifica-se: torna-se sistema econômico.

Vê-se, pois, que o que era originariamente governado pela Lógica da diferença passa, com o advento da cultura Ocidental Moderna, a sê-lo pela Lógica da diferença da diferença; e isto ocorre com os mundos concreto e econômico, tornados, respectivamente, sistema físico e sistema econômico.

Assim, não é difícil prever que o efeito imediato e profundo da revolução técnica da informática recairá, objetivamente, naqueles aspectos que lhe são, por natureza, afins: sobre o concreto (onde vige a ciência física moderna) e, socialmente, sobre o sistema econômico tornado, hoje, conjunto articulado de atividades-fim por excelência.

A celeridade e amplitude do processo pode ser avaliada pela análise do que já vem ocorrendo em ambos os lados do fenômeno econômico. Do lado da demanda, cresce a complexidade dos sistemas informacionais de regulação da produção e apropriação, crescimento esse, naturalmente, mais que proporcional ao crescimento da complexidade dos próprios sistemas produtivo e apropriativo. Em conseqüência, o valor marginal da informação, *vis-à-vis* o valor da produção, vem aumentando progressivamente.

Por outro lado, o custo da informação (transporte, processamento, estocagem e distribuição), por força do enorme desenvolvimento da micro-eletrônica, vem decrescendo de modo assustador, e as perspectivas atuais ainda são neste mesmo sentido. A conjugação destes dois fenômenos configura inequivocamente uma situação verdadeiramente explosiva.

Além disto tudo, ocorrem, como fora já mencionado, dois desdobramentos de maior significação: de um lado, a tele-informática, pela confluência da telecomunicação - agora também em processo de digitalização - e da Informática; de outro, a robótica, em que os processadores são acoplados a sensores/efeituadores e recebem do homem a delegação do trabalho produtivo.

Novas descobertas técnico-científicas, mais ganhos de produtividade, aparecimento e desaparecimento de produtos e empresas, supressão e criação de novos empregos, etc., tudo em escala sem precedentes e ritmo acelerado é o que podemos, com certeza, esperar. Mas não é só, a informatização forçará a sistematização global: de atividades, instituições e até dos saberes proliferando.

Nisto há muito de assustador; entretanto, será por certo alhures que a parada será decidida, isto é, na possibilidade de fazer surgir algo de a-sistêmico que venha contra-pesar tão violento processo de informatização. Será isto possível? Estamos perto ou longe de consegui-lo? É o que tentaremos responder nos próximos capítulos, examinando com maiores detalhes a etapa já preté-

rita de formação do Ocidente Moderno e, depois, a atual etapa de transição que, a nosso ver, quase já se consuma.

4. UM *ZOOM* SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO ATUAL

Para propiciar uma melhor compreensão do atual processo de transição cultural, pensamos, será de grande auxílio didático que examinemos previamente, ainda que de modo sumário, o processo de transição que levou ao advento do Ocidente Moderno; este será, conseqüentemente, o assunto do item 4.1. No processo de transição atual, distinguimos dois momentos importantes quase que simétricos: a emergência da História e do Inconsciente, que virão constituir-se no objeto central do item 4.2 deste capítulo. O item final, tentará mostrar como as inquietações e os sintomas detectados nos dois itens precedentes, prenunciam o advento de uma nova cultura, cuja referência central será a Pessoa.

4.1 - Formação do Ocidente Moderno

O cristianismo surge como uma síntese do unitarismo judaico baseado na Lógica transcendental - pensar da temporalidade - e da cultura greco-latina alicerçada na Lógica da diferença - pensar da espacialidade. Por certo, existem de ambos os lados muitos elementos que pré-anunciavam e que, após, viriam facilitar esta síntese: do lado judaico, estes elementos são mais que evidentes na tradição mística (Cabala), por exemplo; do lado grego, Platão, particularmente no Timeu, é o exemplo mais notável.

O trinitarismo cristão sofre um lento processo de elaboração, e podemos dizer que oficializa-se com o Concílio de Nicéia em 325 chegando a sua máxima expressividade com Santo Agostinho, quase um século depois. O cristianismo patrístico, do ponto de vista filosófico é, pois, fundamentalmente platônico.

A influência aristotélica, pode-se dizer, começa no século VI; porém só se solidifica com a tradução das obras completas de Aristóteles entre os fins do século XII e princípio do século XIII. Na segunda metade do próprio século XIII, com Sto. Tomas de Aquino, a teologia cristã católica torna-se oficialmente aristotélica. Que quer isto dizer em termos lógicos? Tão simplesmente, embora muito grave, que a Lógica da diferença - momento implícito na lógica da Trindade - é substituída por uma Lógica da diferença da diferença; em outras palavras, por aquela que impõe o terço-excluso; de certo modo, ainda que sub-repticiamente, um certo maniqueísmo. Vide Figura 4.1.

TRANSIÇÃO DO CRISTIANISMO PATRÍSTICO AO PROTESTANTISMO

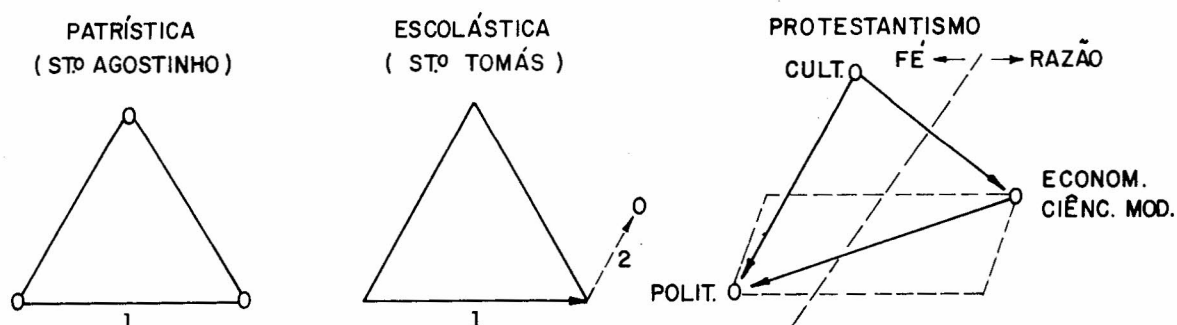



FIGURA 4.1

Não há menor dúvida: a Lógica clássica é a Lógica do sistema, da burocracia, em suma, da Hierarquia; ela é a Lógica do poder unificador, pela força, das diferenças, esta que passa, no fundo, por um efeito perverso, a tudo governar. Com isto, o trinitarismo originário estava desfeito. Só para ilustrar, lembremos que os xiitas iranianos originam-se dos movimentos (destes, por sinal, o mais radical) de reação ao aristotelismo, que a parcela intelectualizada do clero tentara, certa feita, impor ao islamismo. Em âmbito cristão, deu-se também o mesmo tipo de reação, que, entretanto, num primeiro *round*, foi vencida.

A busca de uma nova unidade não se fez esperar: é a Reforma. Entrementes, a nova unidade não é mais a da unidade e da simples diferença, mas, da unidade e da diferença da diferença; é síntese, agora, da Lógica transcendental e da Lógica clássica.

De um lado, fica a fé — fonte da unidade cultural de partida e

da unidade política de chegada; do outro, a razão — mestra da ciência, e do econômico, tornado fim, conseqüentemente, sistema.

Em suma, o protestantismo não vinha para referendar o pensamento sistêmico, mas para proporcionar-lhe o devido contra-peso a fim de que uma nova síntese pudesse ser alcançada. O Ocidente Moderno não é uma cultura científica, como geralmente se pensa, mas fundamentalmente uma cultura epistemológica. Aí, a ciência, como discurso sistêmico, não se separa do discurso crítico-transcendental, e só ambos — funcionando articuladamente — podem explicar o hiper desenvolvimento da ciência no Ocidente: a própria história desse desenvolvimento só hiper-dialeticamente (Lógica da unidade da unidade e da diferença da diferença) se pode justificar.

4.2 - A Emersão da História e do Inconsciente em seus Três Momentos

O Ocidente Moderno, ao se constituir como uma síntese pseudo-trinitária da Lógica transcendental (Lógica da consciência, da liberdade, do projeto) e da Lógica clássica (Lógica do sistema) não podia fazê-lo sem deixar as marcas do que, ao mesmo tempo, escamoteava.

Duas lógicas inclusas na trindade originária ficavam simplesmente ignoradas ou reprimidas: a Lógica da diferença (Lógica da espacialidade, então, da res-extensa) e a Lógica dialética (então Lógica do conceito ou da idéia, segundo Platão). Com o esquecimento destas lógicas, vale dizer, destes pensares, que coisas es

tavam deixando, necessariamente, de serem pensadas? O Inconsciente e a História, é a simples e clara resposta. A subjetividade, sem o Inconsciente, constituía-se em pura consciência (res-cogitante) e a objetividade, sem a História, constituía-se em pura espacialidade (res-extensa) como Descartes a todos já ensinava.

Neste item trataremos destes dois processos anti-simétricos de des-obliteração do Ocidente Moderno. Antes, porém, cabe-nos uma pequena digressão metodológica.

De modo geral, a unidade nova emerge ao cabo de um processo dialético, onde podemos distinguir três grandes momentos: um primeiro momento, onde o novo aparece mas é enganosamente identificado com a antiga unidade; um segundo momento onde denuncia-se a falsa identificação, concomitantemente, dando-se a diferenciação: o novo é agora um novo negando o outro, a antiga unidade; por fim, um terceiro momento de reconciliação, onde a unidade antiga é re-negada paralelamente à negação do novo como separado: o novo aí integra-se na unidade, não mais a antiga, é óbvio, mas a unidade nova que, sinteticamente, vem de assim emergir.

É de certo modo espantoso, mas este processo vem ocorrendo dupla e simetricamente em relação à unidade pseudo-trinitária, que, logicamente, sub-estrutura o Ocidente Moderno. De um lado, re-aparece a Lógica-dialética, pensando um novo, a História, porém a identificando com a unidade antiga do Conceito: é o momento hegeliano do processo.

Hegel, por sua sensibilidade, consegue ver a História passando-lhe à frente da porta: este é, sem dúvida, seu lado revolucionário. Identifica-a, porém, com o Conceito, com a Idéia, auto-realizando-se; e a Idéia era para o trinitarismo cristão, já o vimos, o próprio Deus: este é seu lado reacionário.

Hegel não conseguiu perceber que o trinitarismo vigente não era mais o trinitarismo original, mas uma forma hiper-diferenciada, onde a Lógica da diferença já fora substituída pela Lógica do sistema - Lógica da diferença da diferença. Vide Figura 4.2.a.

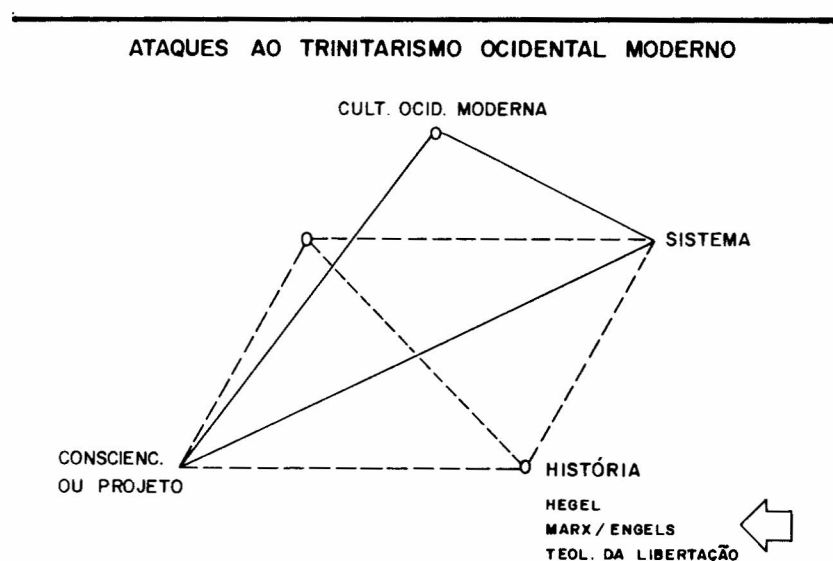



FIGURA 4.2.a

Quis Hegel assim, simultaneamente, andar para frente e para trás, quis salvar o antigo cristianismo mas enterrou-o inapelavelmente.

O segundo momento não se fez muito esperar: é o momento de Marx e Engels, da denúncia da escamoteação hegeliana. A história era algo novo, não identificável, mas sim irreconciliável com o pseu

do-trinitarismo de seu tempo.

O terceiro momento, parece-nos, está por chegar. Prenunciam-no os teólogos como Hans Küng, Pannemberg e tantos outros, e, aqui na América Latina, a Teologia da Libertação.

Dizemos que apenas prenunciam, porque, tomando-se o caso específico da Teologia da Libertação, ela mesma mostra evidentes marcas de ambigüidade. Ora anacronicamente hegeliana, inspirando-se, precipuamente no Espírito Santo (pensamos, por exemplo, em Comblin | 5 |), ora também anacronicamente marxista, e aí, sua inspiração é ondulante, entre o próprio Espírito Santo, o Cristo, às vezes Maria (pensamos, por exemplo, em Leonardo Boff |3 |). Para que concretize-se como terceiro momento, terá ela que superar tanto o hegeliano como o marxismo, e, em termos de inspiração divina, centrar-se em Maria. Neste particular, pode até parecer paradoxal, mas Pio XII (Constituição Apostólica Munificentissimus Deus) já foi bem mais à frente.

Resumidamente, podemos dizer que, com vistas a des-alienação da Lógica dialética, ou equivalentemente, da História, Hegel representa um primeiro momento: o da falsa unidade, portanto, teísta; Marx e Engels representam um segundo momento: momento de separação, portanto, a-teísta; e, por fim, a Teologia da Libertação, um terceiro momento, se não definitivo, pelo menos prenunciador: o da reconciliação da História e de Deus, não do velho Deus do Ocidente Moderno, do Deus protestante, mas do Deus de amanhã, Unitário/Trinitário/Qüinqüitário.

De outro lado, re-aparece a Lógica da simples diferença, pensando o Inconsciente, porém, identificando-o ainda com a antiga unidade do Conceito; é o momento kierkegaardiano do processo.

Kierkegaard pensa lógico-diferencialmente, toma o paradoxo como expressão viva da realidade. Para ele o homem é mescla, não conciliada, do finito e do infinito, diríamos nós, do consciente e do inconsciente. A anti-simetria, posta pelo próprio teólogo dinamarquês, entre ele e Hegel, é por demais eloqüente. Como era de esperar, tem ele seu lado revolucionário quando traz à cena o Deus do desejo, de seu próprio desejo vivenciado; porém, insiste em confundi-lo com o Deus do Ocidente Moderno. Esta identificação torna-se impossível na medida, como dissemos, em que a Lógica da diferença da diferença, plenamente operando, tomara já o lugar da Lógica da simples diferença. A própria Igreja — era mais que natural — lhe impunha severas reservas.

O Cristo originário ficara para trás; em seu lugar instalara-se já a Hierarquia, lídima representante do Sistema. Vide Figura 4.2.b.

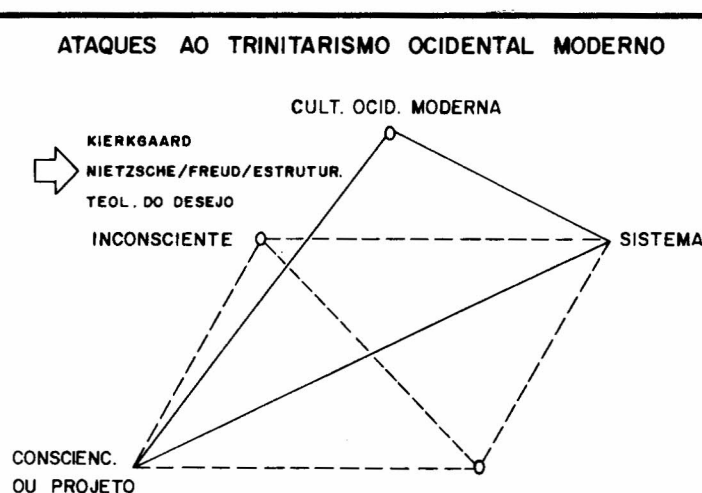



FIGURA 4.2.b

O segundo momento, aqui, demora-se um pouco: é o momento de Nietzsche e depois, mais explicitamente, de Freud e hoje do pensamento estruturalista. O Inconsciente descoberto, na realidade, era radicalmente incompatível com a pseudo-trindade-protestante. Nietzsche proclama, com razão, que Deus está morto, e, em certo sentido, não mentia. Freud, por seu turno, mostra que o deus da religiosidade vigente não era propriamente um deus, mas o objeto fictício de uma neurose. É o momento ateísta do processo. Desta feita, é o terceiro momento que tarda um pouco. Acreditamos que o próprio rompimento de Jung com Freud tem um pouco deste significado. Não precisamos, contudo, ir tão longe em um terreno tão perigoso. A Teologia do Desejo de Surian |15| e, mais perto de nós, a teologia de nosso Rubem Alves | 1 | são sinais, mais que evidentes, de que a fase conclusiva da síntese teísta já começou. Falta, talvez, perceber que a Teologia do Desejo é uma teologia do Espírito Santo, com uma pequena sutileza: trata-se do Espírito Santo que o próprio Cristo anuncia, aquele que Ele próprio nos enviara, para ficar definitivamente entre nós. O Espírito, não mais nos iluminaria de fora ou do alto, mas sim, de dentro; tornava-se, agora, a luz em nossa própria profundeza. Quantos já atentaram para isto?

4.3 - A Pessoa, Referência Central da Nova Cultura

Não pode mais restar grande dúvida sobre a referência central da nova cultura, nem de quais sejam seus traços fundamentais. Trata-se aí da emergência da Pessoa.

São múltiplas e variadas as formas de precisar isto: incorporação da História e do Inconsciente como dimensões irredutíveis do ser — seja pessoal, seja social — ao lado da consciência (da liberdade, do projeto) e do sistema (da lei, da regra); estas últimas duas dimensões já do domínio da cultura Ocidental Moderna. Pode-se falar, também, da liquidação da supremacia do ser-masculino — do machismo como se diz vulgarmente: o homem ainda presente, ser subjetivo, reduzido a seus aspectos objetivos, ser-dominante, dando vez ao gênero pessoa em primeiro lugar; feminino e masculino, passando a constituírem-se em faces simétricas complementares do ser-pessoal; vide Figura 4.3.

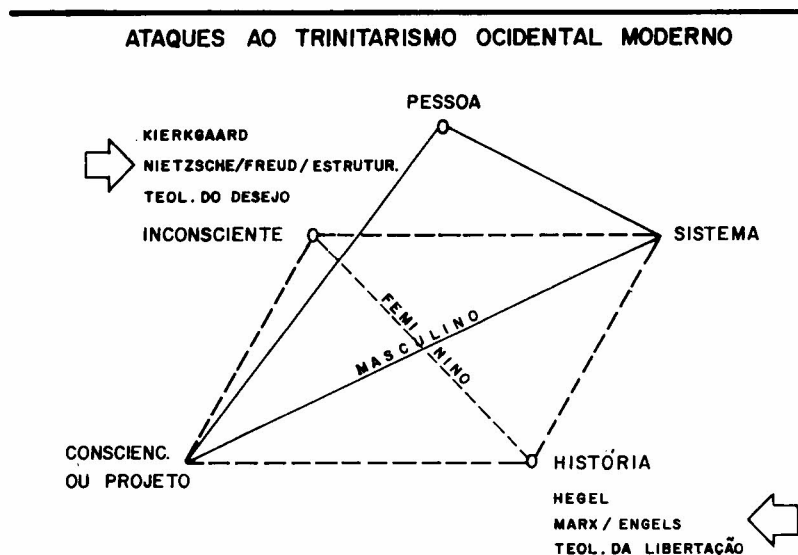



FIGURA 4.3

Pode-se ainda ratificar o que todo o mundo intelectual diz: estamos diante da morte de Deus (Nietzsche) e da morte do Homem (estruturalismo da moda), esclarecendo-se, porém, que se trata da morte do Deus parcial, objetivo, do Deus-conceito, bem como do Homem reduzido, objetivo, dominador e dominado, para abrir lugar ao Deus-Uno-Trinitário-Qüinqüitário, verdadeiro Deus pessoal, criador já da Pessoa integral, instalada em sua plenitude subjetiva.

Sabemos inclusive como isso ocorrerá:

a) Preliminarmente pela exacerbação dos aspectos sistêmicos do mundo, em especial dos aspectos materiais e econômicos — produto exatamente do sub-processo de informatização geral da sociedade.

b) Num segundo momento, reativamente, talvez em alguns poucos lugares, haverá o reforço do ser-consciente, da liberdade individual e de grupos. Até aí, estaremos apenas re-produzindo, em grau superlativo, o processo já visto de formação do Ocidente Moderno. Isto, contudo, será insuficiente, como já poderíamos prever pelo que nos advertem os pensadores da História, do Inconsciente e até os teóricos da Matemática com seus teoremas, de limitação (limitação das possibilidades lógico-formais ou sistêmicas).

c) Será inelutável a chegada de um terceiro momento, momento especificamente pós-moderno, caracterizado, de um lado, pela abertura ao ser-inconsciente, donde brotam a criatividade e a força expressiva dos indivíduos e das massas; de outro lado, compensatoriamente, haverá o reforço da dimensão histórica do ser, que só pode manifestar-se em plenitude pela instauração do verdadeiro diálogo de pessoas e grupos, tanto face a face quanto mediado pela crescente parafernália das telecomunicações e da teleinformática. Da síntese destas quatro lógicas operantes, emergirá a Pessoa — correlativamente um novo ser-social — como antes afirmado, referência central da nova cultura.

Apesar de tudo bastante claro — é nossa presunção — seremos todos capazes de viver esta aventura? Decididos a partir, que perigos nos esperam? Estas são as questões que tentaremos abordar no próximo capítulo.

5. ARCAÍSMOS E DEGRADAÇÕES

É notório que as transformações sociais — sejam políticas, econômicas, culturais — não ocorrem de modo homogêneo para todos aqueles que estão sob seu raio de ação. Se estamos às portas de uma grande transformação cultural, pensamos ser de bom alvitre perguntar-nos qual o leque de possibilidades — em especial as perigosas — que, presumivelmente, nos aguardam. Disto nos ocuparemos no primeiro item deste capítulo.

Em seqüência, para ganharmos em concreticidade, buscaremos ver como as coisas se deram na passagem à modernidade para depois, finalizando o capítulo, especular sobre o que poderá vir a nos acontecer no andar do processo de informatização geral em que ora ingressamos.

5.1 - A Evolução Desigual: Arcaísmo e Degradação

Tratando-se de História, de revoluções e mesmo de períodos de larga evolução, estaremos obrigatoriamente lidando com a desigualdade rítmica, em termos um tanto mais precisos, com a assimetria. O Sistema é necessariamente simétrico, suporte de estabilidade; a História é assimetria, quebra de simetria; isto vale tanto para a cultura quanto para a Física, a Química e a Cosmologia, saberes, aliás, onde esta idéia incorporou-se, há muito, à própria intuição dos estudiosos. Ver, por exemplo, Lautman |10|.

Assim, é impensável um processo histórico equilibrado ou homogêneo: o maior avanço de uns é correlato à lentidão ou o maior ou menor atraso de outros.

Existem duas formas básicas de deixar-se ficar para trás: designamo-las *arcaísmo* e *degradação*.

Por arcaísmo entendemos a permanência em, a ida ou o retorno a um modo lógico-cultural pertencente à sub-seqüência dos momentos de unidade (momentos de síntese, ou religiosos). Degradação, em contrapartida, é o retorno a, ida para ou permanência em um modo lógico-cultural pertencente à subcadeia dos momentos onde prevalece a Lógica da diferença (momentos diferenciais ou profanos). O peculiar deste último modo é que ele não pode subsistir sem estar em estreita vinculação com um modo mais evoluído, vale dizer, só sobre-vive em estado de dependência degradante, contrariamente aos modos arcaicos que, sob maiores ou menores rigores,

conseguem guardar uma expressiva autonomia.

5.2 - Arcaísmos e Degradações na Modernidade

O Ocidente Moderno, assente sobre uma lógica que resulta da síntese da Lógica da unidade (ou transcendental) e da Lógica da diferença da diferença (ou clássica), deixa duas alternativas de sobrevivência arcaica: o unitarismo e o trinitarismo original.

O mais notório exemplo de unitarismo remanescente é a própria cultura judaica, se abstrairmo-nos das inumeráveis nuances e movimentos gerados necessariamente no seio de toda cultura viva, particularmente, aqui, da variante sionista que levou à relativamente recente fundação do Estado de Israel (vide Fig. 5.2.a). A recusa em aceitar ou ultrapassar a Lógica da diferença, então representada pela cultura greco-romana, fez do judaísmo uma cultura sem suporte espacial, vale dizer, sem base territorial própria. Conseqüentemente, a dimensão econômica não existe em si, mas em outrem; é freqüente os judeus ocuparem determinados estratos espe

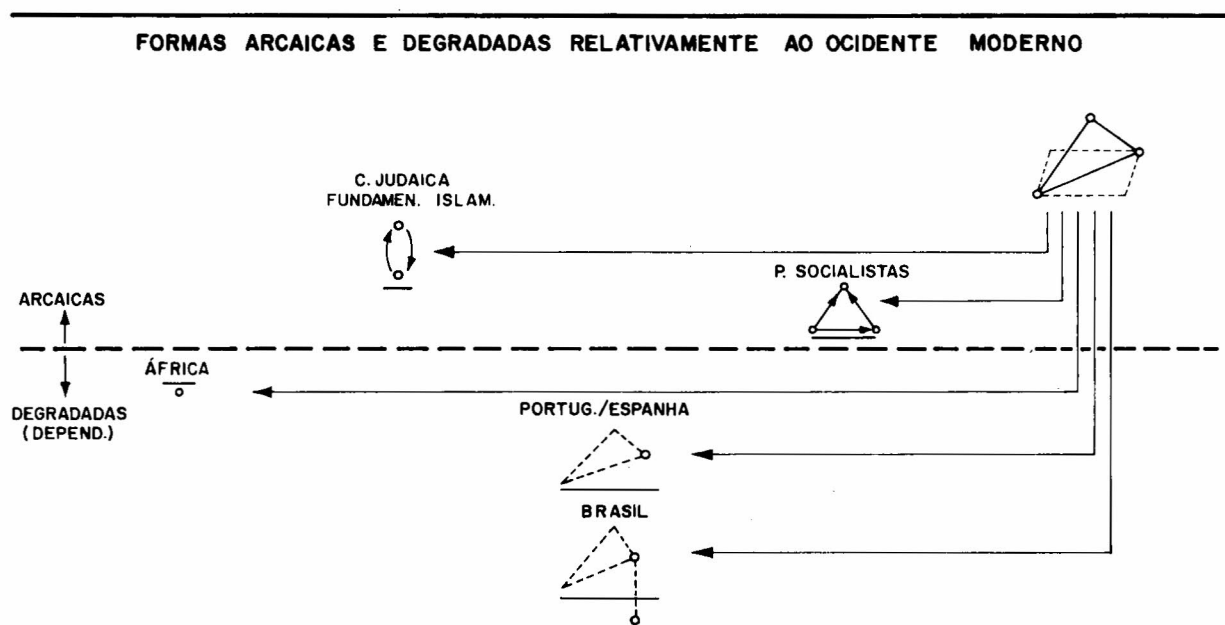



FIGURA 5.2.a

cializados na estrutura econômica das nações onde vivem; igualmente freqüente e significativo é buscarem situar-se, preferencialmente, no próprio outro da estrutura econômica, que é a estrutura financeira; se bem pensarmos, veremos que a atividade financeira é uma espécie de duplo(outro)da atividade produtiva.

De modo geral, pode-se dizer que em culturas trinitárias o econômico medeia entre o cultural e o político: o cultural é a base da unidade, e o político é o lugar do restabelecimento — sempre precário — da unidade, que o econômico nega. Logo, cultural e político, aí, não se identificam plenamente. Com a falta de uma dimensão territorial própria e, conseqüentemente, econômica, pode-se dizer que, para o judaísmo, cultura e política identificam-se. Esta situação pode vir a mudar, com grande probabilidade, após o advento do Estado de Israel.

Outro exemplo (embora devamos estudar o assunto em maior profundidade) é o islamismo fundamentalista |12|. A reação ao processo de degradação no Irã tinha duas direções possíveis: o fundamentalismo unitário ou o trinitarismo laico, que, veremos adiante, constitui a Lógica das sociedades socialistas. Por enquanto, estão eles vivendo o primeiro, mas ao custo de uma sistemática repressão ao movimento socialista Tudeh, seu rival na unidade: este não se confunde, pois, com os EUA, que são seu rival na diferença: ao invés da águia, vêem a serpente no dístico americano.

O exemplo mais notável do arcaísmo trinitário encontra-se na URSS

atual. Dizemos arcaísmo em relação ao Ocidente Moderno, embora seja um avanço relativamente ao pseudo-trinitarismo ortodoxo. É precisamente a questão trinitária o principal divisor de águas entre o cristianismo católico e o cristianismo ortodoxo.

Essa afirmação pode, à primeira vista, chocar; entretanto, devemos lembrar que o marxismo deriva de Hegel, e o ponto central de contacto é a dialética — exatamente a Lógica da unidade da unidade e da diferença. O qualificativo materialista engana um pouco: nos países socialistas, em particular na URSS, não é a economia que é determinante, e sim a política e a cultura: existe lá, menos afirmação econômica que propriamente militar (política) e cultural. A tróica simbólica, Marx, Lenine e o Secretário Geral do partido, em exercício, constitui uma evidente metáfora da estrutura lógica dessa cultura.

O que pode ameaçar essa cultura (ainda em construção) será, de um lado, a Lógica do sistema, vale dizer, o processo de burocratização; de outro, de modo mais radical, a Lógica do inconsciente; o dissidente, "necessariamente" um louco.

Não fica aí explícita certa afinidade de fundo entre a Teologia da Libertação e o marxismo, ao menos a nível metodológico?

O assunto é apaixonante e extenso; infelizmente, não podemos aqui mais estender-nos sobre ele.

Temos duas formas básicas degradadas relativamente ao Ocidente

Moderno: a pré-lógica ou ecológica e a que poderíamos denominar sistêmica-dependente. Pode-se, aí, enquadrar a maior parte dos países africanos, os quais, durante o período colonial,foram mantidos num modo pré-lógico degradado, afirmação que se pode mesmo estender há alguns deles após a libertação e, talvez ainda, a alguns países da América Central da atualidade. O modo sistêmico dependente aplica-se, em maior ou menor grau, à totalidade das nações cristãs católicas a partir do século XVII. Os exemplos mais típicos são Portugal, Espanha e Itália, justamente onde o tomismo se fez teologia dominante. Observe-se que esta situação não é uma decorrência necessária da doutrina de Santo Tomás de Aquino, mas do dogmatismo com que a cercaram e dela talvez abusaram.

O exclusivismo do aristotelismo, vale dizer, do imperialismo da Lógica clássica, sem uma compensação a nível da Lógica da unidade ou transcendental, é que acarreta, no plano lógico, a aludida situação de dependência. No plano religioso, tanto a figura do Pai como a do Espírito Santo são relegadas a segundo plano e toda ênfase recai sobre o Cristo; mas não é só, opera-se um segundo desvio; o Cristo passa a ser tomado apenas pelo seu corpo místico, a Igreja — a Organização: sutil passagem da Lógica da diferença à Lógica da diferença da diferença.

Esta forma, despida de unidade, só poderia sobreviver em estreita dependência das nações anglo-saxônicas que, embora de modo hiper-diferenciado, conservam o trinitarismo.

As nações herdeiras, especialmente da colonização espanhola e portuguesa, acabarão por constituir-se num tipo híbrido degradado.

No caso da Espanha e de Portugal, as populações índias, além das negras africanas, mantiveram-se, em sua maioria, em estado cultural pré-lógico. As elites, em sua maioria de origem européia, assumiram o modo cultural já degradado do colonizador, de tal forma que, também em maior ou menor medida, essas nações vieram constituir um tipo híbrido — superposição de dois tipos degradados. Diríamos melhor, super-posição hierárquica, pois, de certo modo, nestes países um estrato social funciona como forma degradada do outro.

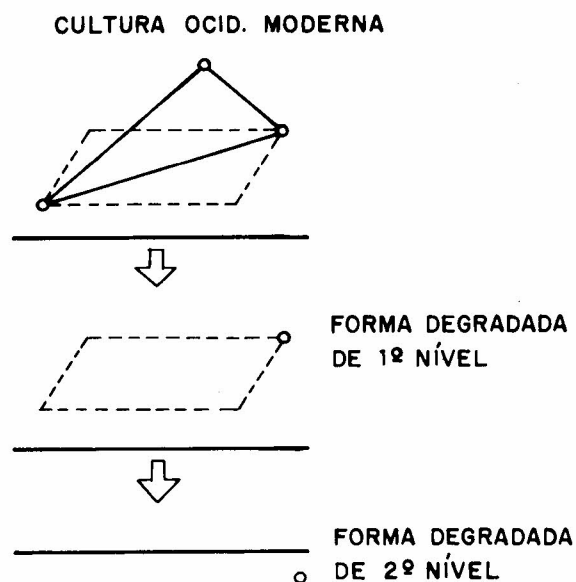
DEGRADAÇÕES ATUAIS

CULTURA OCID. MODERNA

FORMA DEGRADADA DE 1º NÍVEL

FORMA DEGRADADA DE 2º NÍVEL

FIGURA 5.2.b

No plano religioso — sabemos bem — vige toda sorte de sincretismo religioso. Um fenômeno interessante é a devoção "católica" popular que acaba voltando-se para o Cristo e Nossa Senhora (de algum lugar por sinal) ou uma Santa. Não é preciso grande percuciência para ver que o Primeiro representa, aí, a cultura sistêmico-dependente (e marca formalmente um lugar); a Segunda, a cultura pré-lógica ou

ecológica, mais diretamente, a Mãe-Natureza (preenchendo o sobre-dito lugar). Veja-se quão longe estamos já do trinitarismo cristão original; pior ainda, quão profunda é a forma de dependência desses povos.

Especificamente sobre a situação brasileira, entraremos, em maiores detalhes, no capítulo final deste trabalho.

5.3 - Arcaísmos e Degradações em Perspectiva

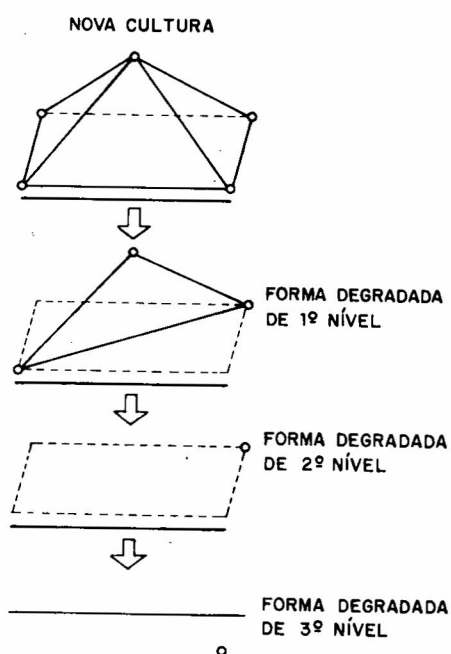
Recordando, vimos que, em generalidade, os perigos para quem se deixar ficar para trás no processo de evolução cultural que se planetariza são, de um lado, o arcaísmo - permanência, ida ou retorno a uma estrutura lógico-cultural marcada pela unidade,mas já superada (por tratar-se de um modo da unidade,permanece susceptível de sobrevivência em estado de relativo isolamento); de outro lado, a degradação - permanência, ida ou retorno a uma estrutura lógico-cultural marcada pela diferença, que, conquanto possa já ter sido algum dia um modo cultural de vanguarda, somente pode agora sobreviver em estado de total dependência de um modo mais evoluído.

De forma resumida, vimos que a conceituação acima, aplicada ao processo de formação do Ocidente Moderno, resultou em que as nações latinas, de modo geral, tomassem a forma degradada lógico-sistêmica em relação às nações anglo-saxônicas. A África negra foi captada também num estado degradado pré-lógico ou ecológico, relativamente às nações latinas, ou bi-degradadas, em relação às

nações de vanguarda. O Oriente ortodoxo, num primeiro momento, seguiu as nações latinas da Europa; depois reagiu, buscando um modo arcaico trinitário quase-independente. De modo assaz-esquemático, podemos dizer que grande parte da África e Ásia islâmicas oscilam ainda entre a "modernização" — nada mais que a degradação lógico-sistêmica —, e o retorno ao unitarismo fundamentalista ou trinitarismo socialista.

Assim, persistindo os padrões gerais acima ilustrados, é de esperar que o advento da nova cultura qüinqüitária, preponderantemente comprometida com a unidade, venha acarretar um acréscimo das possibilidades de degradação, precisamente aquelas decorrentes da superação do Ocidente Moderno, por força do subjacente subprocesso geral de informatização.

FIGURA 5.3

Porém, não é apenas isso: surge, como ilustra a figura 5.3, uma possibilidade de tri-degradação. Povos que se mantiveram em estado cultural pré-lógico podem descer do nível dois de degradação para o nível três; outros, como o Brasil, de cultura híbrida, poderão ser levados à hibridez múltipla, gerando profundos e temíveis conflitos culturais internos. É justamente sobre o

nosso Brasil que buscaremos, no próximo capítulo, fazer uma avaliação situacional e tendencial, mais detalhada, ante as grandes transformações culturais que o processo geral de informatização já prenuncia.

6. A CULTURA BRASILEIRA E A REVOLUÇÃO TELEINFORMÁTICA

Chegamos, enfim, ao que mais de perto nos interessa: a cultura brasileira ante a revolução teleinformática que abre caminho à nova cultura qüinqüitária. No primeiro item tentaremos uma avaliação meramente situacional (estática), cingindo-nos ao plano objetivo da sociedade brasileira: as situações cultural, econômica e política.

No segundo item a avaliação será estendida para abarcar o conjunto dos planos ontológicos — fenomênico, objetivo e subjetivo — todos sob o aspecto tendencial (dinâmico).

6.1 - Avaliação Situacional

Comecemos pelo aspecto cultural da sociedade brasileira. Penso

ser oportuno aqui uma pequena digressão comparando os processos de formação da sociedade americana e brasileira, abordagem tão cara aos nossos historiadores.

Lá, ao norte, transplanta-se o modo trinitário protestante, enquanto que, ao sul, o modo de produção das grandes "plantations", apoiadas no trabalho escravo de uma população negra em estágio cultural pré-lógico, fez com que o trinitarismo protestante fosse aos poucos derivando-se em sistêmico-degradado. Temos, pois, ao norte, o modelo lógico hiper-dialético onde a Lógica do sistema substitui a Lógica da pura diferença e, ao sul, o hibridismo hierárquico da cultura ecológica e do sistêmico-degradado. Os conflitos entre estas duas formações culturais vão se agravando até que, em meados do século passado, eclode a Guerra de Secessão, que liquida com o dualismo cultural: vence o trinitarismo protestante do norte; a partir de então, os EUA tornam-se um pleno partícipe do Ocidente Moderno, e, em pouco mais de um século, assume-lhe a liderança.

No Brasil, inicialmente, também instala-se o dualismo: de um lado, os jesuítas mobilizando a população autóctone, tentando implantar o modo trinitário cristão originário (comunidade de sentido, espécie de Teologia da Libertação *avant la lettre*), enquanto que a liderança laica, de origem lusa, tende ao modelo bi-degradado, semelhante àquele do sul dos EUA, aqui reforçado pelo catolicismo tomista vigente na metrópole. Aqui não ocorre propriamente uma guerra de secessão, mas uma seqüência de embates, que termina com a proibição da "língua geral" construída pelos

jesuítas e que chega a ser a língua dominante no Brasil, a sistemática matança de índios, finalizando com a expulsão dos jesuítas na época pombaliana. O Brasil estava, a partir daí, condenado ao estado de bi-degradação em que até hoje se debate.

Aproximemo-nos agora um pouco mais da atualidade. Já havíamos comentado, no capítulo precedente, que a cultura brasileira caracterizava-se pela superposição hierarquizada de duas formas degradadas: a pré-lógica, de herança negra e índia, e a sistêmico-degradada, de herança latina, especificamente, portuguesa. A não ser que haja uma rígida estratificação étnico-social, tal condição leva a um lento processo de *merging*, de sorte que, melhor diríamos, que a cultura brasileira ainda não é, mas acha-se, sim, em gestação.

Poderíamos dizer que esta análise seria válida até a Independência, quando a influência anglo-saxônica, de certo modo, vinha sendo mediada por Portugal. A partir daí, até a Segunda Guerra Mundial, a influência européia diversifica-se: passa a haver uma influência direta anglo-saxônica, no plano técnico-econômico preponderantemente, enquanto que, a França assume, para as "elites", o papel de modelo simbólico-cultural (indumentária, modos à mesa, formas lingüísticas, etc.). Isto, entretanto, não foi ainda suficiente para provocar mudanças significativas na estrutura básica cultural brasileira.

Após a Segunda Guerra Mundial, as coisas começaram a mudar: a liderança do Ocidente Moderno é assumida, de forma quase exclusiva,

pelos EUA, que passam a atuar de forma ambígua em relação às culturas degradadas: além de reforçarem os laços de dependência econômica degradada, temendo a eclosão de formas arcaicas (inicialmente o trinitarismo socialista e hoje, até, o fundamentalismo unitário), tentam atuar também no plano propriamente cultural, "fazendo a cabeça" das "elites" dos povos dependentes para melhor integrá-los no "sistema" (sistema internacional de comércio, sistema financeiro internacional e equiparados).

A situação cultural brasileira, com este processo, mais se complica: a integração cultural dos modos lógico-sistêmico e pré-lógico ainda não se consumara e aparece em cena um novo elemento cultural: o próprio pseudo-trinitarismo protestante carregando um novo projeto modernizador, que fazia vista grossa à frágil situação cultural em que nos encontrávamos.

PROBLEMÁTICA CULTURAL BRASILEIRA

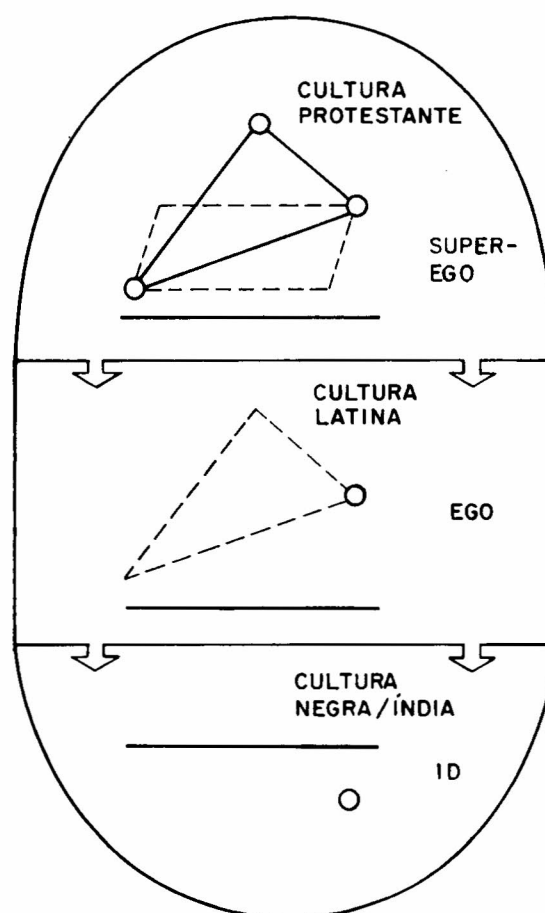



FIGURA 6.1.a

Podemos dizer de forma sintética que, hoje, a problemática cultural brasileira caracteriza-se pela fragilidade. E mais, uma fragilidade de que temos grande dificuldade de nos darmos conta.

Num certo sentido, a estrutura cultural brasileira contemporânea apresenta três níveis básicos, conforme mostra a figura 6.1.a.

Valendo-nos de um dos modelos freudianos, podemos dizer que a cultura negra e índia, pré-lógicas, constitui o *id* de nossa cultura: é nossa parte, que, simultaneamente irrecusável e desvalorizada, torna-se reprimida. Veja-se, como ilustração deste fenômeno o que ocorreu ao samba, que, até não muito tempo atrás, perseguido pela polícia, torna-se de repente música nacional. A componente latina, lógico sistêmico-dependente, é a assumida como nosso ser essencial, nosso *ego*. Por fim, a cultura lógico-trinitária protestante, que passa a constituir nosso *super-ego*, internalização do que, por via de imposição paterna, devemos nos tornar.

Se a tudo isso adicionarmos o fato de que estamos na iminência de uma nova revolução cultural, constatamos quão difícil é a situação cultural brasileira, ainda carente de integração; integração esta dificultada, como vimos, por uma estrutura inconsciente e hierarquizada de seus componentes culturais.

Em que pese tudo isto, não seria uma vantagem para *o que der e vier*, ter em si, ainda vivo, uma espécie de resumo das principais etapas do processo de desenvolvimento cultural da humanida

o que acontece, correlativamente, com as demais estruturas sociais e suas relações. Nas nações desenvolvidas, a cultura constitui o fundamento da unidade, o econômico produz a diferença, e, por fim, no político — ainda que sempre precariamente — recompõe-se a unidade social.

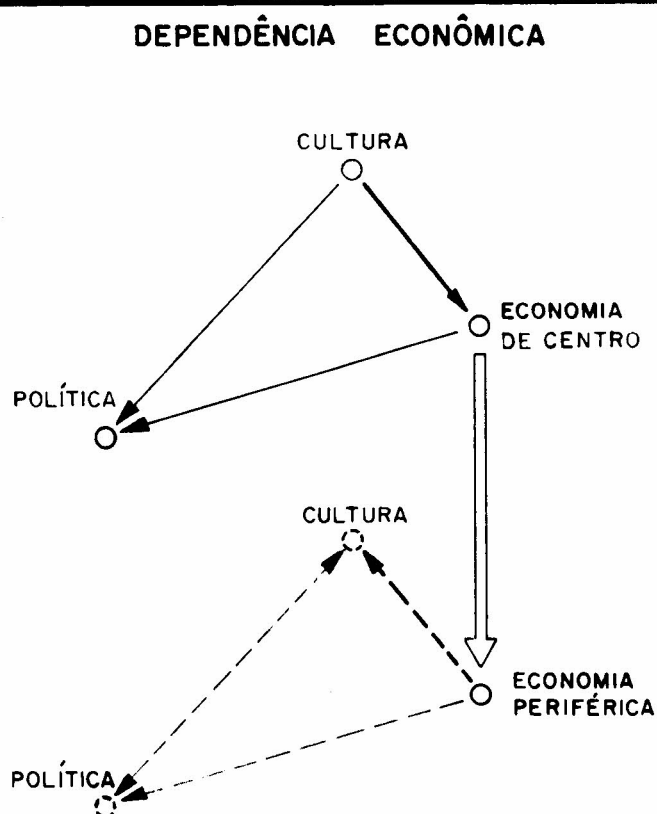



FIGURA 6.1.b

Com a dependência econômica, é justo o aspecto econômico que passa a funcionar como fonte: neste caso, fonte de diversidade. A flecha determinativa da cultura para o econômico inverte-se. Assim, neutraliza-se o poder unificador do cultural sobre o político. A unidade política torna-se extremamente precária e só possível por formas primitivas de ação política: o populismo alterna-se com as ditaduras mais ou menos violentas. Em suma, tanto o político como o cultural passam a servir ao econômico e, assim, é a totalidade da sociedade que passa à situação de dependência do subsistema econômico de centro; a degradação econômica generaliza-se em degradação social global.

Sobre o que acima intitulamos formas primitivas de ação política devemos ainda fazer algumas considerações suplementares. Para

tanto, valemo-nos de terminologia da teoria dos jogos. Chamamos jogo de soma nula aquele em que a soma algébrica de ganhos e perdas dos parceiros, após um qualquer número de rodadas, é certamente zero. Vide Fig. 6.1.c.

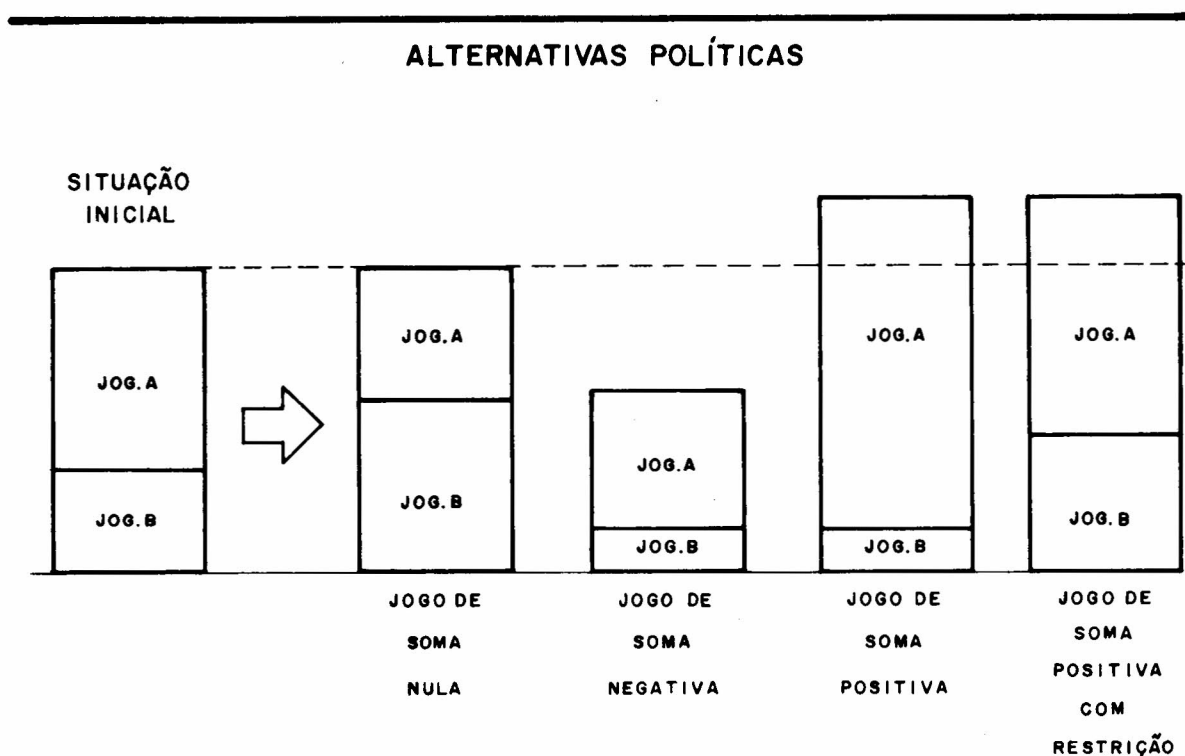



FIGURA 6.1.c

Os "jogos" sociais, de modo geral não caem nesta classe: são jogos de soma diferente de zero, ou seja, de soma positiva ou negativa. Que o "jogo" funcione como de soma positiva depende exatamente do grau de amadurecimento cultural do grupo nele empenhado; se a competição se dá dentro das regras ou limitações que asseguram que a soma algébrica de ganhos e perdas, em geral, torne-se positiva, dizemos que a sociedade é politicamente madura.

É mesmo possível, em determinadas condições de maturidade políti

ca, assegurar que, além da soma positiva, não haja perda para ne nhum dos contendores. A falta de maturidade política faz exata mente que tais condições, e até mesmo a simples positividade, não se possa estabilizar: as regras tácitas ou explícitas só se es tabilizam quando configuram um jogo de soma negativa. Em cultu ras amadurecidas, só excepcionalmente é proposto um sacrifício geral: neste caso, é quase certo que a falta deste acerto acarre taria uma soma de perdas mais negativas para cada um e para o conjunto. Só ritualmente sacrificam coletivamente... porque, afinal, crê-se que Deus sempre retribui em dobro.

É óbvio que isto não funciona tão perfeitamente como acima des crito, mas estar-se-á, aí, por certo, em bem melhor condição que aquela vigente em sociedades politicamente imaturas.

Podemos agora, de forma resumida, dizer que as culturas sistêmi co-degradadas, mais ainda as híbridas degradadas - como a brasi leira - são caracterizadas, no plano social objetivo, pela carên cia de integridade cultural, pela dependência econômica-fundamen talmente tecnológica - e pela imaturidade política; de todas, a primeira, a mais aviltante e por onde, necessariamente,deve pas sar qualquer projeto de libertação.

6.2 - Avaliação Tendencial

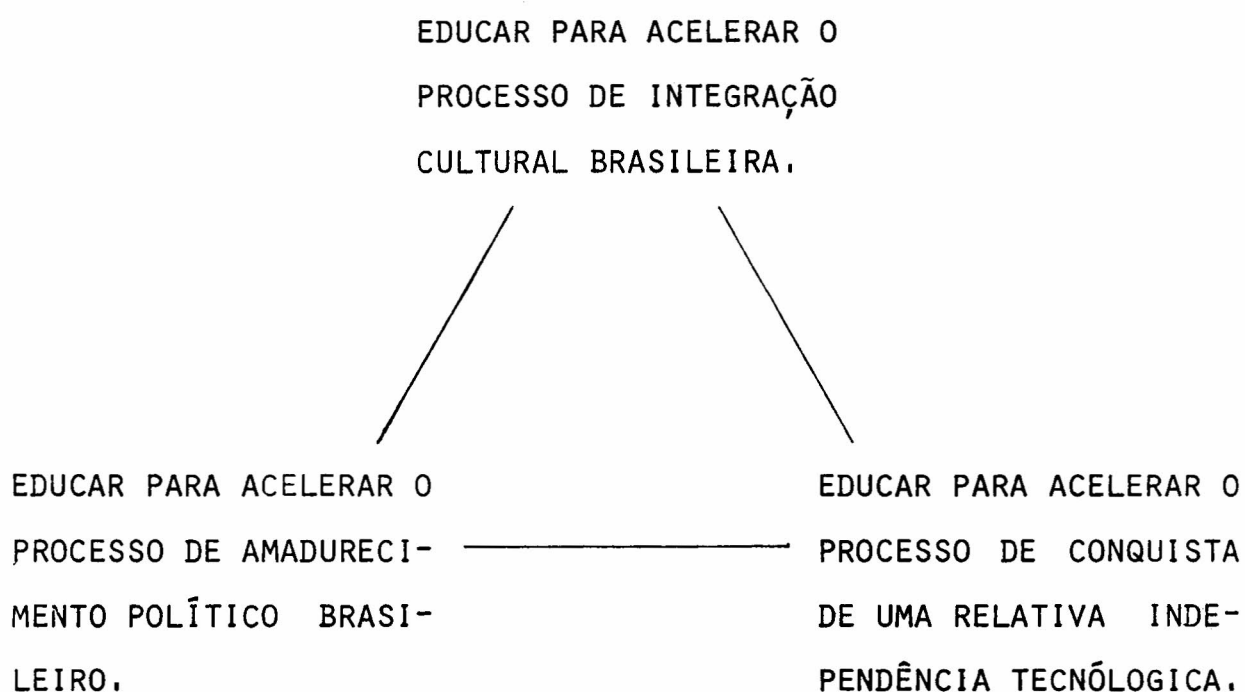
Pelo nosso quadro atual e daí, pela enorme distância que nos se para daquilo que seria a nova cultura, podemos avaliar nossa si tuação como simplesmente dramática. Outrossim, perguntamo-nos:

Não há nisso grande originalidade: temos aí uma simples reafirmação do *eu sou o que sou*, que marca o unitarismo judaico, ou da irredutível dignidade humana pregada pelo cristianismo originário, como também do *penso, logo existo* cartesiano que, no registro filosófico, assinala o nascimento da moderna cultura do Ocidente.

Em segundo lugar, objetivamente, dever-se-ia:

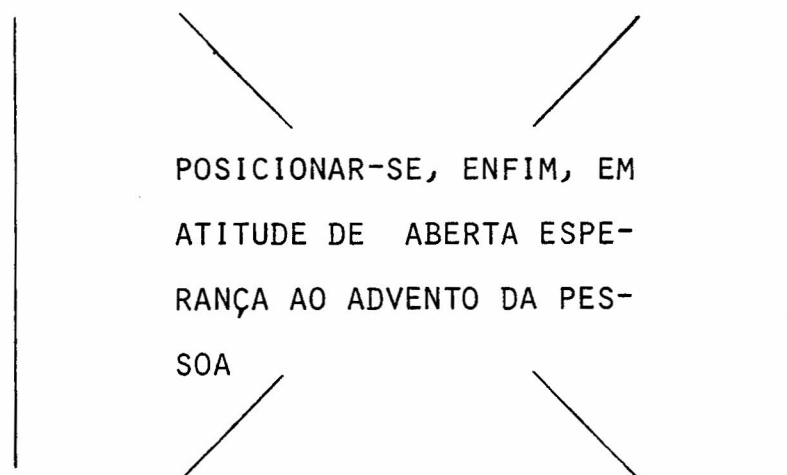
EDUCAR PARA ACELERAR O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA.

EDUCAR PARA ACELERAR O PROCESSO DE AMADURECIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.

EDUCAR PARA ACELERAR O PROCESSO DE CONQUISTA DE UMA RELATIVA INDEPENDÊNCIA TECNÓLOGICA.

Também aqui as novidades são mínimas em relação ao que, persistentemente vieram fazendo, por séculos, as nações que deram corpo ao Ocidente Moderno, em especial os E.U.A., que assumiram-lhe a liderança, a partir do início deste século.

A seguir, subjetivamente, dever-se-ia:

POSICIONAR-SE EM ATITUDE DE ABERTURA ATENTA À CRIATIVIDADE E EXPRESSÃO DO OUTRO ———— POSICIONAR-SE EM ATITUDE DE RESPEITO A REGRAS E CONVENÇÕES COLETIVAMENTE ESTABELECIDAS

POSICIONAR-SE, ENFIM, EM ATITUDE DE ABERTA ESPERANÇA AO ADVENTO DA PESSOA

POSICIONAR-SE EM ATITUDE DECIDIDAMENTE LIVRE, POR CONSEQÜÊNCIA INTENCIONALMENTE ESTRATÉGICA ———— POSICIONAR-SE EM ATITUDE DE GENEROSA ABERTURA PARA O DIÁLOGO

Os pontos extremos da "diagonal masculina" — direção baixo-esquerda, alto-direita — de certo modo referendam os pontos correspondentes do esquema objetivo anterior, vale dizer, a liberdade individual e o sistema. É óbvio que, atendo-nos tão somente a eles, estaremos reduzindo o subjetivo ao objetivo, como aliás é típico da cultura Ocidental Moderna. A propósito, é aí que concentram-se as baterias dos mais profundos críticos do ocidente, dentre eles destacando-se, Heidegger |8|, Kosta Axelos |2| e os membros da escola de Frankfürt.

A novidade só aparece, pois, nos extremos da "diagonal femini-

na". De um lado, haverá precisão de responder, à altura, os desafios lançados por Kierkegaard, Nietzsche, Freud, pelo Estruturalismo e pela Teologia do Desejo: abrir espaço para o ser-inconsciente — o que é equivalente — à criatividade e expressão dos indivíduos e das comunidades. Será preciso, pois, aprender a escutar. Em termos de Política de Informática, isto quer simplesmente dizer que o computador deve ficar ao alcance de todos, inclusive daqueles que dele farão um uso *a priori* desconhecido das autoridades (sejam políticas, sejam administrativas).

Compensatoriamente, de outro lado, ter-se-á que responder aos desafios impostos por Hegel, pelo Materialismo Dialético e pela atualíssima Teologia da Libertação: abrir espaço para o vero diálogo; reconhecer, em síntese, o direito à luz do ser-histórico, do ser-novo como tal. Será preciso, pois, aprender, simultaneamente, falar e escutar. Em termos de Política de Informática, isto quer dizer pura e simplesmente que os computadores devem, sempre que possível, estar em rede aberta, completamente transparente a nível de terminais e até de memória. .

Como suprema novidade, síntese dos quatro anteriores — dois masculinos e dois femininos — está o posicionarmo-nos em atitude de franca e aberta esperança ao advento da Pessoa, centro referencial da nova cultura que se avizinha.

O que vamos dizer agora vai um pouco além dos pressupostos da construção da nova cultura da Pessoa. Por que cairíamos, ainda uma vez mais, nas mesmas tentações que a História a muitos já ante

pôs? Destas, a pior de todas é a tentação de absolutizar-se; e isto é mortal para o Homem, cuja natureza, já se disse, é justo não tê-la, é sempre ultrapassar-se. Assim, transcendentalmente, dever-se-ia:

PRESSUPOR, SEMPRE, A AUSÊNCIA/PRESENÇA DE UM HORIZONTE DE TRANSCENDENTALIDADE QUE NOS IMPEÇA DE ABSOLUTIZARMO-NOS, O QUE, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, É O FUNDAMENTO NECESSÁRIO A TODA ETICIDADE.

Sim, *se Deus não existisse tudo seria permitido*, já dizia nosso caro Rascolnicof, em *Crime e Castigo*. Por certo, isto já está deveras repisado, mas como não repeti-lo se persistimos em não ouvir? Convençamo-nos: é precisamente no não absolutizarmo-nos que radica toda eticidade.

Bem, no Brasil, o que se vê?

É nítido o que vemos todos: afora os esforços, por suposto meritórios, ainda que parciais, de "modernização econômica" — inserção nos sistemas econômicos/financeiros mundiais — e o afã de participar do processo geral de informatização, ambos, como sabemos, na linha de reforço do lógico sistêmico, do lógico formal, em tudo mais, nossa tendência (derivada) parece mais negativa que positiva.

É inexorável, embora de lamentar, que tenhamos que reformular nosso juízo situacional anterior: nossa situação não é dramática;

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Rubem. *Variações sobre a vida e a morte*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1982.
2. AXELOS, Kostas. *Contribuition a la logique*. Paris, Minuit, 1977.
3. BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
4. CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. *Os desafios da informatização*. Teresópolis, Ago./1984. Seminário patrocinado pelo Centro João XXIII — (CIAS) e PUC-RJ. (mimeografado)
5. COMBLIN, José. *O tempo da ação*. Petrópolis, Vozes, 1982.
6. FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1969. V. XXIII.
7. JASPER, Karl. *Origen y meta de la história*. Madrid, Alianza Editorial, 1980.
8. HEIDEGGER, Martin. *Que é metafísica*. São Paulo, Duas Cidades, 1969.
9. KÜNG, Hans. *Dieu existe-t-il?* Paris, Seuil, 1981.

10. LAUTMAN. Simetria y disimetria en matemática e física. In: *Las grandes corrientes del pensamiento matemático*. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1976.

11. PANNENBERG, W. et alii. *La revelación como história*. Salamanca, Sígueme, 1977.

12. PASQUIER, Roger du. *Découverte de l'islam*. Éd. de Trois Continents. Paris, 1984.

13. PERROT, Maryvonne. La notion de paradoxe chez Kierkegaard. In: BORDERIE, Roger & CAMUS, Michel. *Obliques*: Kierkegaard, Paris, Borderie, 1981. Número especial.

14. SAMPAIO, L.S.C. de. *A permanente revolução do analógico ao convencional*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 nov./80.

15. SURIAN, Carmelo OFM. *Dinâmica do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1982.

16. TOYNBEE, Arnold. *Estudos de história contemporânea*. Comp. Ed. Nacional. São Paulo, 1967.

17. ____. *A sociedade do futuro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Direitos reservados desta edição à
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
Avenida Presidente Vargas, 1012
CEP 20 071 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Este trabalho foi organizado pela
ADE - Assessoria de Desenvolvimento Empresarial, órgão da Vice-presidência

Coordenação editorial, programação visual e produção gráfica:
DTR - Departamento de Treinamento, órgão da Vice-presidência

Rio de Janeiro, 1984

Sampaio, Luiz Sérgio Coelho de
Informática e cultura / Luiz Sérgio Coelho de Sampaio. - Rio de Janeiro: EMBRATEL, 1984

Bibliografia

1. Informática. 2. Cultura Brasileira. 3. História da cultura. I. Empresa Brasileira de Telecomunicações. II. Título

CDD 001.69090441

Índice para Catálogo Sistemático

Informática: generalidades	001.6
Brasil: Cultura	9090481
Brasil: História	981

ISBN 85-85040-09-2